

Softplan S/A

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025 e 2024

STARIAN
STARIAN

Informações da Companhia

Razão Social: Softplan S/A

CNPJ: 15.087.394/0001-34

NIRE: 42300052396

Avenida Luiz Boiteux Piazza, 1302, Lote 89

Cachoeira do Bom Jesus

CEP 88.056-000 – Florianópolis / SC



Conteúdo.

Informações da Companhia	2
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	13
1 Contexto operacional	15
2 Base de preparação e mensuração	26
3 Políticas contábeis materiais	27
4 Movimentações societária	39
5 Caixa e equivalentes de caixa	42
6 Contas a receber de clientes	42
7 Impostos a recuperar	43
8 Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	43
9 Outros créditos	44
10 Bancos conta vinculada	44
11 Mútuos concedidos	44
12 Investimentos	45
13 Imobilizado	49
14 Intangível	50
15 Empréstimos e financiamentos	57
16 Fornecedores	58
17 Obrigações e provisões trabalhistas	59
18 Obrigações tributárias	61
19 Imposto de renda e contribuição social	62
20 Outras obrigações	62
21 Obrigações por aquisição de investimentos	63
22 Provisão para contingências	66
23 Partes relacionadas	67
24 Patrimônio líquido	69

25	Receita líquida de vendas	73
26	Custos dos serviços prestados	73
27	Despesas com vendas	73
28	Despesas gerais e administrativas	73
29	Outras receitas operacionais	74
30	Outras despesas operacionais	74
31	Resultado financeiro líquido	74
32	Imposto de renda e contribuição social	76
33	Benefícios fiscais	77
34	Eventos subsequentes	77



KPMG Auditores Independentes Ltda.
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein
89202-200 - Joinville/SC - Brasil
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil
Telefone +55 (47) 3205-7800
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e acionistas da

Softplan S.A.

Florianópolis – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Softplan S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Softplan S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondente transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 31 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SC-000071/F-8



Edson Rodrigues da Costa

Contador CRC PR-054199/O-0

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	<u>5</u>	160.384	6.815	200.853	215.739
Aplicações financeiras	<u>5</u>	-	-	-	5.072
Bancos conta vinculada	<u>10</u>	-	-	-	5.606
Contas a receber de clientes	<u>6</u>	4.641	5.436	44.507	112.285
Impostos a recuperar	<u>7</u>	278	298	1.543	3.257
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	<u>8</u>	708	33	6.878	25.749
Outros créditos	<u>9</u>	6.561	6.849	19.122	20.039
Total do ativo circulante		172.572	19.431	272.903	387.747
Mútuos concedidos	<u>11</u>	-	4.020	3.075	18.588
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>32.2</u>	21.291	28.760	4.354	44.077
Outros créditos	<u>9</u>	-	-	52	941
Investimentos	<u>12</u>	184.432	170.971	339	353
Imobilizado	<u>13</u>	425	612	9.521	13.676
Intangível	<u>14</u>	66.864	72.667	358.421	443.080
Total do ativo não circulante		273.012	277.030	375.762	520.715
Total do Ativo		445.584	296.461	648.665	908.462

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	15.825	27.714
Fornecedores	16	1.312	810	11.852	13.210
Obrigações e provisões trabalhistas	17	7.222	38.402	50.064	118.386
Obrigações tributárias	18	1.627	1.761	10.829	26.323
Imposto de renda e contribuição social	19	-	-	2.341	3.639
Obrigações por aquisições de investimentos	21	7.303	27.743	37.064	93.780
Outras obrigações	20	792	779	13.622	6.842
Total do passivo circulante		18.256	69.495	141.597	289.894
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	25.000	309.653
Provisões para contingências	22	-	-	1.348	37.786
Obrigações por aquisições de investimentos	21	-	10.810	41.080	31.910
Imposto de renda e contribuição social	19	-	-	30	12
Obrigações e provisões trabalhistas	17	129	26.723	834	26.723
Outras obrigações	20	-	-	1.870	5.515
Total do passivo não circulante		129	37.533	70.162	411.599
Patrimônio líquido	24				
Capital social		379.055	110.195	379.055	110.195
Ações em tesouraria		(886)	(2.028)	(886)	(2.028)
Ajustes de avaliação patrimonial		(10.008)	(11.373)	(10.008)	(11.373)
Ajuste acumulado de conversão		4.872	563	4.872	563
Reservas de lucros		54.166	92.077	54.166	92.077
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		427.199	189.434	427.199	189.434
Participação de não controladores		-	-	9.707	17.535
Total do patrimônio líquido		-	-	436.906	206.969
Total do passivo e patrimônio líquido		445.584	296.461	648.665	908.462

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida de vendas	25	64.007	29.134	881.649	793.366
Custo dos serviços prestados	26	(2.784)	(1.229)	(188.208)	(194.359)
Lucro bruto		61.223	27.905	693.441	599.007
Despesas com vendas	27	(2.794)	(1.113)	(68.686)	(54.722)
Despesas gerais e administrativas	28	(71.813)	(62.056)	(513.158)	(463.098)
Provisão de perdas no recebimento de créditos		(387)	(761)	(4.195)	(1.210)
Equivalência patrimonial	12	21.100	56.103	-	-
Outras receitas operacionais	29	16.912	20.431	5.468	11.599
Outras despesas operacionais	30	(6.489)	(1.077)	(10.939)	(4.133)
Lucro operacional		17.752	39.432	101.931	87.444
Receitas financeiras	31	4.960	725	24.392	14.811
Despesas financeiras	31	(7.522)	(2.510)	(65.487)	(46.717)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		15.190	37.647	60.836	55.538
Imposto de renda e contribuição social	32	(5.104)	8.848	(47.075)	(5.226)
Lucro líquido do exercício		10.086	46.495	13.761	50.312
Resultado líquido atribuível a					
Controladores		-	-	10.086	46.495
Não controladores		-	-	3.675	3.818

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	10.086	46.495	13.761	50.312
Ajustes de conversão	4.309	1.008	4.309	1.008
Resultado abrangente do exercício	14.395	47.503	18.070	51.320
Controladores	-	-	14.395	47.502
Não controladores	-	-	3.675	3.818

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores							Participação de não controladores	Total	
	Capital social	Ações em tesouraria	Legal	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajuste acumulado de conversão	Ajustes de avaliação patrimonial			Total controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2023	110.195	(2.244)	7.209	-	59.684	(445)	(59.254)	115.145	79.113	194.258
Exercício de opção de compra	-	-	-	-	-	-	50.119	50.119	-	50.119
Valoração de opção de compra	-	-	-	-	-	-	(4.129)	(4.129)	-	(4.129)
Constituição de reserva	-	-	1.473	-	-	-	-	1.473	-	1.473
Venda de ações em tesouraria	-	216	-	-	-	-	-	216	-	216
Lucro líquido do período	-	-	-	-	46.495	-	-	46.495	3.818	50.313
Ajustes de conversão	-	-	-	-	-	1.008	-	1.008	-	1.008
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	1.891	1.891	(61.891)	(60.000)
Dividendos	-	-	-	-	(22.784)	-	-	(22.784)	(3.505)	(26.289)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	110.195	(2.028)	8.682	-	83.395	563	(11.373)	189.434	17.534	206.968
Aumento de capital	211.428	-	-	49.191	-	-	-	260.619	-	260.619
Exercício de opção de compra	-	1.142	-	-	3.777	-	-	4.919	-	4.919
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	10.086	-	-	10.086	3.675	13.761
Ajustes de conversão	-	-	-	-	-	4.309	-	4.309	-	4.309
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	1.365	1.365	(11.503)	(10.138)
Dividendos	-	-	-	-	(21.624)	-	-	(21.624)	-	(21.624)
Transferência de acervo líquido por cisão	(17.904)	-	-	-	8.065	-	-	(9.839)	-	(9.839)
Capitalização de reserva de capital e lucros	87.406	-	-	(49.191)	(38.215)	-	-	-	-	-
Constituição de reserva Legal	-	-	504	-	(504)	-	-	-	-	-
Custos de transação com emissões de ações	(12.070)	-	-	-	-	-	-	(12.070)	-	(12.070)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	379.055	(886)	9.186	-	44.980	4.872	(10.008)	427.199	9.707	436.906

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS | 31 de dezembro de 2025 e 2024

STARIAN

Demonstrações dos fluxos de caixa

Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa proveniente das operações				
Lucro líquido do exercício	10.086	46.495	13.761	50.312
Ajustes para:				
Depreciação	214	104	1.211	7.037
Amortização	5.866	4.438	6.996	46.909
Baixas do imobilizado e intangível	-	-	15	3
Juros incorridos	3.921	46	53.747	24.983
Despesa de pagamento baseado em ações	13.376	30.702	14.081	30.702
Resultado de equivalência patrimonial	(21.100)	(56.103)	-	-
Provisão para contingências	-	-	2.268	767
Outros	-	-	-	(627)
Provisão de perda no recebimento de créditos	387	761	4.195	1.210
Imposto de renda e contribuição social	5.104	(8.848)	47.075	5.226
	17.854	16.073	143.349	166.522
Redução (aumento) nos ativos:				
Bancos conta vinculada	-	-	(601)	(1.046)
Contas a receber de clientes	518	(645)	(90.947)	(26.002)
Impostos a recuperar	1.170	-	(4.768)	(6.203)
Outros créditos	(4.030)	(1.019)	(5.850)	2
	(2.342)	2.882	(102.166)	(33.249)
Aumento (redução) nos passivos:				
Fornecedores	472	290	14.056	(3.073)
Obrigações e provisões trabalhistas	(18.829)	(11.121)	(14.633)	785
Obrigações tributárias	(112)	(526)	14.700	(1.131)
Outras obrigações	3.089	(2.718)	13.328	11.364
	(15.380)	(13.056)	27.451	7.945
Recursos provenientes das atividades operacionais				
	132	1.353	68.634	141.218
Juros pagos de empréstimos e financiamentos e obrigações por aquisição de investimentos	(3.436)	(5.689)	(52.742)	(35.801)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(497)	-	(3.064)	(4.388)
Recursos líquidos (usados nas) provenientes das atividades operacionais				
	(3.801)	(4.336)	12.828	101.029
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos				
Aplicações financeiras	-	-	(580)	(5.072)
Mútuos ativos	913	-	(17.288)	(15.000)
Aquisição de ativo imobilizado	(27)	(43)	(1.059)	(7.008)
Aquisição de ativo intangível	(63)	-	(26.390)	(26.375)
Dividendos recebidos controladas e coligadas	39.240	54.150	-	-
Aumento de capital social	-	(1.135)	-	-

Obrigações por aquisições de investimentos	-	-	-	(18.541)
Recursos líquidos decorrentes das (usados nas) atividades de investimentos	40.063	52.972	(45.317)	(71.996)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Liquidação de empréstimos e financiamentos	-	-	(2.381)	(120.160)
Aumento de capital social recebido	211.428	-	260.619	-
Empréstimos e financiamentos tomados	-	-	-	310.834
Custos de captação de debêntures/novas ações	(12.070)	-	(18.342)	(2.313)
Venda de ações em tesouraria	1.142	216	-	216
Distribuição de dividendos	(21.624)	(22.784)	(21.624)	(26.305)
Obrigações por aquisições de investimentos	(26.600)	(34.187)	(85.095)	(60.224)
Aumento (redução) de capital social de investida	(31.400)	6.000	-	-
Recursos líquidos (aplicados nas) provenientes das atividades de financiamento	120.876	(50.755)	133.177	102.048
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	157.138	(2.120)	100.688	131.081
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.815	780	215.739	94.484
Caixa incorporado	-	8.155	1.192	-
Caixa efeito cisão	1.1 (3.569)	-	(116.766)	-
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	627
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>160.384</u>	<u>6.815</u>	<u>200.853</u>	<u>215.739</u>
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	153.569	(2.120)	(14.886)	131.081

- (i) As variações relevantes observadas nas demonstrações dos fluxos de caixa do período decorrem, substancialmente, da cisão parcial realizada pela Companhia, as quais não impactaram o caixa, exceto pelo próprio caixa cindido. Para fins de comparabilidade das informações, recomendamos a leitura da Demonstração do Fluxo de Caixa em conjunto com a Nota Explicativa [1.1](#), item [1.1.3](#) na qual estão descritos os principais efeitos da referida reorganização societária.

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

Constituída como uma “Sociedade Anônima” domiciliada no Brasil, a Softplan S/A (“Controladora”, “Softplan” ou “Companhia”), empresa holding possui capital fechado. Constituída em 16 de janeiro de 2012, a Empresa tem sua sede social localizada no município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Avenida Luiz Boiteux Piazza, 1302, Lote 89, Bairro Cachoeira do Bom Jesus, CEP 88.056-000.

A Companhia tem como objeto social a participação no capital social de outras empresas, atuando como holding, tanto operacionalmente quanto por meio de suas investidas, desenvolvendo soluções de software de alta relevância, reconhecidas pela inovação e pela capacidade de impulsionar a transformação digital em diferentes segmentos de mercado.

A partir da reorganização societária anunciada ao mercado e concluída em outubro de 2025 (vide nota 1.1), a Companhia passou a direcionar sua atuação aos segmentos do setor privado, com foco estratégico em soluções MultiSaaS.

No contexto dessa reorganização, as operações voltadas ao mercado privado foram consolidadas sob a marca “Starian”, lançada ao mercado como referência às soluções SaaS do Grupo para o setor privado, reforçando o posicionamento da Companhia em modelos escaláveis, recorrentes e orientados ao crescimento sustentável.

Após a conclusão da reorganização societária, a Companhia celebrou acordo de investimento estratégico com a General Atlantic, que passou a deter participação societária minoritária na Companhia (Starian). O aporte tem como objetivo apoiar a estratégia de crescimento do negócio, incluindo a aceleração de iniciativas de expansão orgânica e fusões e aquisições (M&A) e o fortalecimento do modelo SaaS vertical.

A transação não resultou em alteração do controle final da Companhia.

As soluções desenvolvidas pelo Grupo são comercializadas no mercado nacional e no México. A Controladora detém participação acionária nas seguintes empresas:

	Participação Acionária		Tipo	País
	2025	2024		
SAJ ADV Sistemas S/A	100%	100%	Controlada direta	Brasil
Starian Sistemas S/A (i)	100%	-	Controlada direta	Brasil
Construtor de Vendas S/A.	51%	51%	Controlada direta	Brasil
Avendre Tecnologia Imobiliária LTDA	61,50%	61,50%	Controlada indireta	Brasil
Zap + Suahouse Tecn. e Gestão Imob. Ltda (ii)	51%	-	Controlada indireta	Brasil

RZ2 Sistemas	99%	99%	Controlada direta	México
Codilo Serv. em Tec. da Informação S/A.	70%	70%	Controlada indireta	Brasil
Justto Inov. Tecn. Resol. De Conflitos S/A	100%	100%	Controlada indireta	Brasil
eCustos Software S/A (iii)	80%	60%	Controlada indireta	Brasil
EConstrumarket Tecn. e Serviços S/A.	76%	76%	Controlada indireta	Brasil
Mais Simples informática S/A (RunRun.it)	100%	100%	Controlada indireta	Brasil
Deep Legal Tec. De Dados e inf. Estrat. S/A	51%	51%	Controlada indireta	Brasil
Oystr Sistemas de Informática S/A.	100%	100%	Controlada indireta	Brasil
Softplan Planejamento e Sistemas S/A (iv)	-	100%	-	Brasil
JXS Informática Ltda (iv)	-	100%	-	Brasil
Poligraph Sistemas e Representações Ltda (iv)	-	100%	-	Brasil
1Doc Tecnologia S/A. (vii)	-	86,38%	-	Brasil
Softplan Sistemas Colômbia (iv)	-	100%	-	Colômbia
Softplan Plan. e Sist. S/A. Sucursal de Peru (iv)	-	100%	-	Peru
SAJ Sistemas México Ltda. (iv)	-	100%	-	México
Refera Tecnologia S/A (iv)	-	68,72%	-	Brasil
Softplan Internacional Participações S/A (iv)	-	7%	-	Brasil
EmCasa Negócios Imobiliários LTDA.	0,98%	0,98%	Investida	Brasil
Instacasa Desenvolvimento Imobiliário S.A.	0,75%	0,75%	Investida	Brasil

- (i) A Companhia registrou em 08 de janeiro de 2025, a abertura da empresa Starian Sistemas S/A, sendo 100% das quotas detidas pela Softplan S/A. O início das atividades operacionais da empresa, ocorreu a partir do mês de outubro de 2025, juntamente com a Cisão Parcial do grupo.
- (ii) Em 25 de agosto de 2025, a empresa Zap + Suahouse foi adquirida pela Construtor de Vendas S/A., sociedade controlada da Companhia, da qual a Companhia detém 51% do capital social. Em decorrência dessa participação societária, a Companhia passou a exercer controle indireto sobre a Zap + Suahouse, nos termos do CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.
- (iii) Em 13 de fevereiro de 2026, foi exercido o direito a segunda opção de compra da empresa Ecustos Software S/A, sendo adquirido os 20% remanescentes do capital social da sociedade.
- (iv) Em 31 de Outubro de 2025, foi finalizada a reorganização societária do Grupo, com efeitos a partir desta data, e com a cisão das operações dedicadas ao segmento do setor público (GovTech). A companhia passou a direcionar seus investimentos e operações aos segmentos do setor privado, com foco em soluções MultiSaaS. (vide nota 1.1)

1.1 Reorganização societária e cisão parcial

1.1.1 Contexto da reorganização societária

Até a efetivação da reorganização societária, realizada em 31 de outubro de 2025, a Companhia tinha como objeto social principal a participação no capital social de outras empresas (holding) e, tanto por meio de suas investidas quanto operacionalmente, sendo uma das maiores desenvolvedoras de software do país, atendendo diversos segmentos, com soluções que atendem ao mercado digital nos setores público e privado.

Em 9 de dezembro de 2024, foi comunicada ao mercado a decisão estratégica de reorganização das atividades do Grupo, com a criação de operações autônomas direcionadas ao Mercado Privado e ao Setor Público. Essa iniciativa teve como objetivo ampliar a especialização e fortalecer o foco no atendimento aos clientes, por meio da implementação de estruturas organizacionais e lideranças dedicadas a cada segmento.

A partir de 2025, a operação voltada ao Mercado Privado passou a compreender as verticais de Indústria da Construção, Inteligência Legal e Eficiência Operacional, enquanto a operação do Setor Público concentrou as atividades relacionadas à oferta de soluções tecnológicas destinadas à transformação da gestão pública no Brasil (GovTech).

Tal reorganização constituiu o racional econômico e estratégico que fundamentou a operação de cisão, permitindo que cada segmento passasse a refletir, de forma independente, sua respectiva realidade econômico-financeira e operacional, como negócio autônomo.

A operação teve como efeito a reorganização da estrutura societária do grupo, resultando na constituição de duas Companhias independentes:

- Segmento do Setor Público: liderado pela empresa Softplan Planejamento e Sistemas S/A;
- Segmento do Setor Privado: liderado pela empresa Softplan S/A e com o lançamento da nova marca Starian.

A reorganização societária descrita nesta nota caracteriza-se como transação entre entidades sob controle comum, uma vez que, apesar da alteração das controladoras diretas dos segmentos cindidos, o controle final (*ultimate controlling party*) permaneceu inalterado. Dessa forma, a operação foi contabilizada com base nos valores patrimoniais contábeis, sem reconhecimento de ganho ou perda, sem aplicação do método de aquisição e sem mensuração a valor justo dos ativos e passivos transferidos.

1.1.2 Estrutura societária anterior à reorganização

O controle final era exercido pela Companhia, direta ou indiretamente, sobre todas as entidades envolvidas na reorganização, sendo:

	Participação Acionária	Tipo	País
1Doc Tecnologia S/A.	100%	Controlada direta	Brasil
Avendre Tecnologia Imobiliária LTDA	61,50%	Controlada indireta	Brasil
Codilo Serv. em Tec. da Informação S/A.	70%	Controlada indireta	Brasil
Construtor de Vendas S/A.	51%	Controlada direta	Brasil
Deep Legal Tec. De Dados e inf. Estrat. S/A	51%	Controlada indireta	Brasil
EConstrumarket Tecn. e Serviços S/A.	76%	Controlada indireta	Brasil
eCustos Software S/A	80%	Controlada indireta	Brasil
EmCasa Negócios Imobiliários LTDA.	0,98%	Investida	Brasil
Instacasa Desenvolvimento Imobiliário S.A.	0,75%	Investida	Brasil
Justto Inov. Tecn. Resol. De Conflitos S/A	100%	Controlada indireta	Brasil
JXS Informática Ltda	100%	Controlada direta	Brasil
Mais Simples informática S/A (RunRun.it)	100%	Controlada indireta	Brasil
Oystr Sistemas de Informática S/A.	100%	Controlada indireta	Brasil
Poligraph Sistemas e Representações Ltda	100%	Controlada direta	Brasil
Refera Tecnologia S/A	78,06%	Controlada direta	Brasil
RZ2 Sistemas	99%	Controlada direta	México
SAJ Sistemas México Ltda.	100%	Controlada direta	México
SAJ ADV Sistemas S/A	100%	Controlada direta	Brasil
Softplan Internacional Participações S/A	7%	Investida	Brasil
Softplan Plan. e Sist. S/A. Sucursal de Peru	100%	Controlada direta	Peru

Softplan Planejamento e Sistemas S/A	100%	Controlada direta	Brasil
Softplan Setor Público S/A	100%	Controlada direta	Brasil
Softplan Sistemas Colômbia	100%	Controlada direta	Colômbia
Zap + Suahouse Tecn. e Gestão Imob. Ltda	51%	Controlada indireta	Brasil

Até a data-base da efetivação da última etapa da referida reorganização, ocorrida em 31 de outubro de 2025, todas as entidades acima integravam o perímetro de consolidação do Grupo, estando sujeitas a controle comum.

1.1.3 Implementação progressiva da reorganização societária e respectivas data-base

A reorganização foi implementada em etapas, conforme descrito a seguir.

(i) Cessão Onerosa de participação Societária – Softplan S/A x Softplan Serviços Públicos:

No contexto da reorganização societária do grupo, a Companhia realizou a cessão onerosa de sua participação societária nas empresas Poligraph Sistemas e Representações Ltda., JXS Informática Ltda., Softplan Internacional Participações S/A. e 1Doc Tecnologia S/A. para sua controlada Softplan Setor Público S/A, sociedade que foi constituída em 7 de janeiro de 2025.

A operação teve como objetivo centralizar as atividades voltadas ao Mercado Público em uma única estrutura societária. A cessão considerou avaliação com data-base de 31 de maio de 2025 e foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de agosto de 2025, mediante a transferência da participação societária detida pela Companhia, conforme descrito a seguir:

Empresa	Qtd.Cotas/Ações	Patrimônio Líquido (em Reais)
Poligraph Sistemas e Representações Ltda	2.790.000	R\$ 15.704.817,19
JXS Informática Ltda	3.000.000	R\$ 1.086.978,43
Softplan Internacional Participações S/A.	700	R\$ 700,00
1Doc Tecnologia S/A.	99.000	R\$ 24.494.584,90
Total	-	R\$ 41.287.080,52

Esta operação resultou em um aumento de capital na controlada Softplan Setor Público S/A no montante de R\$ 41.287.080,52 (quarenta e um milhões, duzentos e oitenta e sete mil e oitenta reais e cinquenta e dois centavos) decorrente da transferência dos investimentos acima mencionados conforme laudo de avaliação e de R\$ 6.803,08 (seis mil, oitocentos e três reais e oito centavos), em moeda corrente nacional, totalizando o valor de R\$ 41.293.883,00 (quarenta e um milhões, duzentos e noventa e três mil, oitocentos e oitenta e três reais).

(ii) Cessão onerosa de participação societária com efeitos de cisão parcial de acervo líquido entre controladas: Softplan Planejamento e Sistemas S/A para a Starian Sistemas S/A:

A segunda etapa do processo de reorganização societária do grupo econômico Softplan consistiu na cisão parcial da sua controlada “Softplan Planejamento”, envolvendo a segregação da operação MultiSaaS. Em decorrência dessa operação, os bens e direitos relacionados à referida atividade foram avaliados com data-base de 31 de agosto de 2025 e cindidos em favor da Starian Sistemas S/A, com aprovação em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2025.

A apuração do valor da parcela cindida foi realizada com base no método do Patrimônio Líquido Contábil, tomando por base as demonstrações contábeis da Softplan Planejamento e Sistemas S/A, encerradas em 31 de agosto de 2025. Este método foi adotado por refletir adequadamente o valor contábil da parcela a ser vertida, em conformidade com os princípios contábeis vigentes e ao Comunicado Técnico CTG 2002, aprovado pelo CFC.

O valor da parcela do acervo líquido cindido da Softplan Planejamento e Sistemas S/A a ser absorvido pela Starian Sistemas S/A, com base no valor patrimonial contábil, foi de R\$ 135.271.906,17 (cento e trinta e cinco milhões, duzentos e setenta e um mil, novecentos e seis reais e dezessete centavos).

(iii) – Cessão Onerosa de participação Societária da Softplan Setor Público: Softplan S/A para Softplan Planejamento e Sistemas S/A:

A terceira etapa do processo de reorganização societária do grupo econômico Softplan consistiu na cessão onerosa da participação societária detida pela Companhia na Softplan Setor Público S/A para sua controlada Softplan Planejamento e Sistemas S/A. A operação teve como objetivo dar continuidade à segmentação das operações do grupo e considerou avaliação com data-base de 31 de agosto de 2025, com aprovação em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2025, mediante a transmissão das seguintes quantidades de ações:

Empresa	Qtd. Ações	Patrimônio Líquido (em Reais)
Softplan Setor Público S/A	41.293.883	R\$ 45.111.448,06

Esta operação resultou em um aumento de capital na controlada Softplan Planejamento e Sistemas S/A no montante de R\$ 45.111.448,06 (quarenta e cinco milhões, cento e onze mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e seis centavos), sem a emissão de novas ações, passando de R\$ 39.160.299,85 (trinta e nove milhões, cento e sessenta mil, duzentos e noventa e nove reais e oitenta e cinco centavos), para R\$ 84.271.747,91 (oitenta e quatro milhões, duzentos e setenta e um mil, setecentos e quarenta e sete reais, noventa e um centavos).

(iv) Cessão onerosa de participação societária com efeitos de cisão parcial de acervo líquido: Softplan S/A para Softplan Planejamento e Sistemas S/A:

A última etapa do processo de reorganização societária consistiu na versão do acervo

líquido cindido da Companhia para a Softplan Planejamento e Sistemas S/A. O acervo líquido vertido totalizou R\$ 17.904.178,77 (dezessete milhões, novecentos e quatro mil, cento e setenta e oito reais e setenta e sete centavos), avaliado com data-base de 30 de setembro de 2025 e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de outubro de 2025, sendo composto pelos seguintes elementos:

- a) 13.270.799,18 (treze milhões, duzentos e setenta mil, setecentos e noventa e nove reais e dezoito centavos) correspondente a 100% da participação societária do capital social total da Softplan Planejamento e Sistemas S/A;
- b) R\$ 1.867.193,55 (um milhão, oitocentos e sessenta e sete mil, cento e noventa e três reais e cinquenta e cinco centavos) correspondentes a participação societária de 78,06% (setenta e oito virgula zero seis por cento) do capital social total e votante, correspondente a 7.960.011 (sete milhões, novecentas e sessenta mil e onze) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, da Refera Tecnologia S/A, de titularidade da Companhia;
- c) R\$ 2.766.186,04 (dois milhões, setecentos e sessenta e seis mil, cento e oitenta e seis reais e quatro centavos) correspondentes a determinados ativos e passivos conforme descritos no Laudo de Avaliação.

A incorporação da parcela do acervo líquido cindido da Companhia pela Softplan Planejamento e Sistemas S/A, conforme descrita acima, acarretou (i) a distribuição das ações objeto da Participação Softplan Planejamento e Sistemas, diretamente aos atuais acionistas da Companhia Cindida, sem qualquer modificação no patrimônio líquido da companhia cindenda e (ii) o aumento do capital social da Softplan Planejamento e Sistemas S/A em R\$ 4.633.379,59 (quatro milhões, seiscentos e trinta e três mil, trezentos e setenta e nove reais e cinquenta e nove centavos), correspondentes ao valor do Acervo Líquido – Ativos e Passivos; e à Participação Softplan – Refera, mediante a emissão de 2.257.381 (duas milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, trezentos e oitenta e uma) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, aos acionistas da Companhia, proporcionalmente à sua participação no capital social total.

Com efeitos a partir de 31 de outubro de 2025, ocorreu a etapa final da reorganização societária com a cisão parcial da Companhia, com a versão do acervo líquido cindido a Softplan Planejamento e Sistemas S/A, nos termos e condições descritos no Laudo de Avaliação, com e correspondente redução do capital Social da Companhia no valor total de R\$ 17.902.504,37 (dezessete milhões, novecentos e dois mil, quinhentos e quatro reais e trinta e sete centavos), sendo o valor de R\$ 1.674,40 (um mil, seiscentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos), deduzidas da parcela correspondente ao acervo líquido cindido.

Os efeitos da reorganização societária no balanço patrimonial da Companhia estão demonstrados a seguir:

(a) Efeitos sobre os ativos:

Ativo	Antes da Cisão		(iv) Parcela Vertida		Efeitos Pós Cisão	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	10/2025	10/2025	01/11/2025	01/11/2025	01/11/2025	01/11/2025
Caixa e equivalentes de caixa	214.138	369.723	(3.569)	(116.765)	210.569	252.957
Aplicações financeiras	-	5.732	-	(5.732)	-	-
Bancos conta vinculada	-	6.289	-	(6.289)	-	-
Contas a receber de clientes	4.504	156.166	-	(113.841)	4.504	42.325
Impostos a recuperar	291	4.243	-	(2.896)	291	1.347
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	374	28.697	-	(23.596)	374	5.101
Adiantamento de dividendos	10.000	33.236	(10.000)	(17.546)	-	15.690
Outros créditos	9.398	44.106	(4.318)	(40.418)	5.080	3.688
Total do ativo circulante	238.705	648.193	(17.887)	(327.084)	220.817	321.109
Mútuos concedidos	2.534	31.500	(2.534)	(31.500)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.264	30.087	(1.037)	(12.399)	9.227	17.688
Outros créditos	-	19.372	-	(377)	-	18.995
Investimentos	159.666	571	(8.441)	-	151.225	571
Imobilizado	461	17.908	-	(8.008)	461	9.899
Intangível	67.841	471.596	-	(94.822)	67.841	376.773
Total do ativo não circulante	240.766	571.034	(12.012)	(147.106)	228.754	423.927
Total do ativo	479.471	1.219.226	(29.900)	(474.189)	449.571	745.036

(b) Efeitos sobre os passivos:

Passivo	Antes da Cisão		(iv) Parcela Vertida		Efeitos Pós Cisão	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	10/2025	10/2025	01/11/2025	01/11/2025	01/11/2025	01/11/2025
Empréstimos e financiamentos	-	82.323	-	(67.634)	-	14.689
Fornecedores	1.066	19.996	-	(9.657)	1.066	10.339
Obrigações e provisões trabalhistas	8.874	122.372	(78)	(56.702)	8.796	65.670
Obrigações tributárias	1.325	28.202	(22)	(18.420)	1.302	9.782
Imposto de renda e contribuição social	-	4.443	-	(2.495)	-	1.948
Obrigações por aquisições de investimentos	11.437	64.635	-	(3.417)	11.437	61.219
Outras obrigações	8.141	26.482	(7.012)	(5.405)	1.129	21.076
Total do passivo circulante	30.843	348.453	(7.112)	(163.730)	23.731	184.723
Empréstimos e financiamentos	-	248.939	-	(221.559)	-	27.381
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.053	30.303	-	(3.604)	1.053	26.699
Provisões para contingências	-	39.922	-	(38.562)	-	1.360

Obrigações por aquisições de investimentos	-	73.560	-	(7.295)	-	66.266
Mútuo com partes relacionadas	-	14.563	-	(12.754)	-	1.809
Obrigações e provisões trabalhistas	3.051	3.051	(3.051)	(3.051)	-	-
Outras obrigações	-	5.408	-	(3.372)	-	2.036
Total do passivo não circulante	4.104	415.747	(3.051)	(290.195)	1.053	125.551

(c) Efeitos sobre o patrimônio líquido:

	Antes da Cisão		(iv) Parcela Vertida		Efeitos Pós Cisão	
	Controladora 10/2025	Consolidado 10/2025	Controladora 01/11/2025	Consolidado 01/11/2025	Controladora 01/11/2025	Consolidado 01/11/2025
Patrimônio Líquido						
Capital social	409.029	409.029	(17.904)	(17.904)	391.125	391.125
Ações em tesouraria	(886)	(886)	-	-	(886)	(886)
Ajustes de avaliação patrimonial	(10.008)	(10.008)	-	-	(10.008)	(10.008)
Ajustes acumulado de conversão	376	376	-	-	376	376
Reservas de lucros	46.012	46.012	(1.832)	(1.832)	44.180	44.180
Participação de não controladores	-	10.503	-	(529)	-	9.974
Total do patrimônio líquido	444.523	455.026	(19.736)	(20.265)	424.787	434.762
Total do passivo e patrimônio líquido	479.471	1.219.226	(29.900)	(474.190)	449.571	745.036

1.1.4 Base contábil, estrutura de controle e critérios de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei nº 6.404/76 e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

No âmbito da reorganização societária concluída em 31 de outubro de 2025, houve alteração na estrutura de controle direto das operações vinculadas ao segmento Setor Público (GovTech).

Em decorrência da cisão parcial, o referido segmento passou a ser controlado diretamente por sociedade anteriormente integrante do grupo econômico, resultando na existência de duas controladoras distintas no âmbito do grupo. (Nota Explicativa 1.1.1)

Não obstante a alteração do controle direto, a Administração procedeu à avaliação da estrutura societária antes e após a reorganização, considerando os direitos de voto, acordos de acionistas, estrutura de governança e exposição a retornos variáveis, e concluiu que o controle final (*ultimate controlling party*) permaneceu inalterado.

Ambas as controladoras passaram a ser controladas por acionistas em comum, mantendo-se substancialmente inalterados:

- o poder de dirigir as atividades relevantes;
- os direitos econômicos residuais;
- a participação proporcional no capital;
- a capacidade de nomeação da administração.

Dessa forma, sob a perspectiva das práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com o CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, a reorganização não configurou perda de controle final, tampouco evento de desconsolidação com reconhecimento de resultado.

A operação foi caracterizada como transação entre entidades sob controle comum, não havendo:

- reconhecimento de ganho ou perda;
- aplicação do método de aquisição previsto no CPC 15 (R1);
- reconhecimento de ágio por expectativa de rentabilidade futura;
- mensuração a valor justo dos ativos e passivos transferidos.

A Administração documentou formalmente o julgamento aplicado quanto à manutenção do controle final, com base na análise da estrutura de participação acionária e dos instrumentos societários vigentes antes e após a reorganização.

1.1.5 Estrutura societária após à reorganização

Após a conclusão das quatro etapas, a estrutura societária passou a refletir dois grupos operacionais independentes:

(i) Softplan S/A - Controladora Segmento Privado (MultiSaaS)

	Participação Acionária	Tipo	País
Starian Sistemas S/A	100,00%	Controlada direta	Brasil
Sajadv Sistemas S/A	100%	Controlada direta	Brasil
Construtor de Vendas S/A.	51%	Controlada direta	Brasil
Avendre Tecnologia Imobiliária LTDA	61,50%	Controlada indireta	Brasil
Zap + Suahouse Tecn. e Gestão Imob. Ltda (i)	51%	Controlada indireta	Brasil
RZ2 Sistemas	99%	Controlada direta	México
Codilo Serv. em Tec. da Informação S/A.	70%	Controlada indireta	Brasil
Justto Inov. Tecn. Resol. De Conflitos S/A	100%	Controlada indireta	Brasil
eCustos Software S/A	80%	Controlada indireta	Brasil
EConstrumarket Tecn. e Serviços S/A.	76%	Controlada indireta	Brasil
Mais Simples informática S/A (RunRun.it)	100%	Controlada indireta	Brasil
Deep Legal Tec. De Dados e inf. Estrat. S/A	51%	Controlada indireta	Brasil
Oystr Sistemas de Informática S/A.	100%	Controlada indireta	Brasil
EmCasa Negócios Imobiliários LTDA.	0,98%	Investida	Brasil
Instacasa Desenvolvimento Imobiliário S.A.	0,75%	Investida	Brasil

(ii) Softplan Planejamento e Sistemas S/A - Controladora Segmento Público (Govtech)

	Participação acionária	Tipo	País
Softplan Sistemas Colômbia	100%	Controlada direta	Colômbia
Softplan Plan. e Sist. S/A. Sucursal de Peru	100%	Controlada direta	Peru

SAJ Sistemas México Ltda.	100%	Controlada direta	México
Softplan Setor Público S/A	100%	Controlada direta	Brasil
Refera Tecnologia S/A	78,06%	Controlada direta	Brasil
Softplan Sistemas Servicios	100%	Controlada indireta	Colômbia
1Doc Tecnologia S/A	100%	Controlada indireta	Brasil
Poligraph Sistemas e Representações Ltda	100%	Controlada indireta	Brasil
Jxs Informática Ltda	100%	Controlada indireta	Brasil
Softplan Internacional Participações S/A	7%	Investida	Brasil

1.1.6 Conformidade Legal da Reorganização Societária

A cisão parcial foi deliberada e implementada em conformidade com os artigos 223, 224, 225 e 229 da Lei nº 6.404/76.

A operação foi aprovada pelas Assembleias Gerais das sociedades envolvidas, precedida da elaboração de Protocolo e Justificação de Cisão, contendo as condições da operação e os critérios de avaliação adotados.

Os patrimônios líquidos objeto de versão foram avaliados por empresa especializada independente, com base nas respectivas data-base, nos termos do artigo 225 da Lei nº 6.404/76.

A cisão foi realizada mediante versão de parcela do patrimônio para sociedades já existentes, com a correspondente segregação de ativos e passivos vinculados, conforme previsto no artigo 229 da referida lei.

A Companhia contou com assessoria jurídica societária especializada para estruturação da operação e formalização dos atos societários pertinentes, concluindo a Administração que a reorganização foi conduzida em estrita observância à legislação aplicável.

1.1.7 Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade de continuidade operacional após a reorganização societária com base nas projeções de fluxo de caixa, na estrutura de capital e na disponibilidade de recursos financeiros das sociedades resultantes.

Com fundamento nessas análises, concluiu que ambas as entidades apresentam liquidez e capacidade operacional suficientes para cumprir seus compromissos no curso normal das operações, não havendo, na data das demonstrações financeiras, incertezas materiais relevantes relacionadas à continuidade operacional.

1.2 Reforma tributária sobre o consumo

A Companhia acompanha de forma contínua os desdobramentos da Reforma Tributária sobre o Consumo, introduzida pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada, em seus principais aspectos operacionais, pela Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, a qual institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), além de criar o Comitê Gestor do IBS e estabelecer normas gerais aplicáveis ao novo modelo.

No exercício de 2025, como primeira medida de adequação operacional e de conformidade, a Companhia aderiu à emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) no padrão nacional unificado, em decorrência da adoção antecipada, pelo Município de Florianópolis, do Sistema Nacional da NFS-e, regulamentada pelo

Decreto Municipal nº 28.647, de 15 de outubro de 2025, que disciplina a emissão da NFS-e no ambiente nacional e a transição do modelo municipal para o padrão unificado. A Companhia passou a emitir NFS-e no padrão nacional a partir de 01/12/2025.

Para o exercício de 2026, a Administração está conduzindo adequações em seu ambiente sistêmico, incluindo atualizações no ERP Oracle e nas integrações fiscais por meio do Tax One (Thomson Reuters), visando suportar a convivência entre o regime tributário atual e o novo regime durante o período de transição, bem como atender às futuras exigências de apuração, escrituração e reporte da CBS e do IBS.

O cronograma atualmente previsto pela legislação estabelece o seguinte:

- 2026 como fase inicial de implementação e testes;
- 2027 como início da substituição de PIS e COFINS pela CBS e redução gradual dos tributos atuais;
- 2028 a 2032 como período de transição com coexistência progressiva entre os regimes;
- 2033 como marco de conclusão da transição, com plena vigência do sistema baseado em CBS e IBS.

A Reforma Tributária poderá implicar investimentos adicionais em tecnologia da informação, consultoria especializada, revisão de processos e fortalecimento de controles internos, bem como ajustes em premissas orçamentárias e de precificação, considerando que a Companhia opera predominantemente sob o regime de Lucro Real, com parcela minoritária no Lucro Presumido. Adicionalmente, poderão ser requeridas adequações contratuais, incluindo atualização de cláusulas relacionadas a tributos, mecanismos de reequilíbrio econômico-financeiro, regras de reajuste e definição de responsabilidades tributárias, especialmente em contratos de longo prazo. Nesse contexto, a Companhia tem direcionado recursos à contratação de consultorias especializadas para apoiar a avaliação dos impactos operacionais, fiscais e financeiros decorrentes da Reforma Tributária.

A Companhia mantém processos e controles voltados ao monitoramento e à avaliação de riscos tributários, considerando alterações legislativas e seus potenciais efeitos, em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. No contexto da Reforma Tributária, não foram identificadas obrigações presentes decorrentes de eventos passados que atendam aos critérios de reconhecimento de provisões, razão pela qual não foram constituídas provisões de contingências especificamente relacionadas a esse tema.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Reforma Tributária não resultou em impactos relevantes mensuráveis sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia. A evolução da regulamentação e seus efeitos potenciais sobre processos, sistemas e obrigações fiscais permanecem sendo acompanhados, e eventuais impactos serão refletidos e divulgados nos períodos subseqüentes, quando aplicável e passíveis de mensuração confiável.

2 Base de preparação e mensuração

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão evidenciadas, e que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 31 de março de 2026. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao período anterior.

2.3 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia em suas empresas controladas. O percentual de participação da Companhia nestas controladas é conforme segue:

	Participação	
	2025	2024
Starian Sistemas S/A	100%	-
SAJ ADV Sistemas S/A	100%	100 %
Construtor de Vendas S/A.	51%	51%
RZ2 Sistemas	99%	-
1Doc Tecnologia S/A (i)	-	86,38%
JXS Informática Ltda (i)	-	100%
Poligraph Sistemas e Representações Ltda (i)	-	100%
Softplan Planejamento e Sistemas S/A (i)	-	100%
Refera Tecnologia S/A. (i)	-	68,72%

(i) Em 31 de Outubro de 2025, foi finalizada a reorganização societária do Grupo, com efeitos a partir desta data, e com a cisão das operações dedicadas ao segmento do setor público (GovTech). A companhia passou a direcionar seus investimentos e operações aos segmentos do setor privado, com foco em soluções MultiSaaS. (vide nota 1.1)

A Companhia mensura os componentes da participação de não controladores nas adquiridas que representem instrumentos patrimoniais e confirmam a seus detentores uma participação proporcional nos ativos líquidos da adquirida em caso de sua liquidação.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas domiciliadas no Brasil é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Para as controladas localizadas no exterior (Rz2 Sistemas) a Administração concluiu que possuem independência administrativa, financeira e operacional, os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados convertidos para Reais pelas taxas médias mensais dos períodos. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são reconhecidas em ajuste cumulativo de conversão para moeda estrangeira no patrimônio líquido.

2.5 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores, a mensuração e reconhecimento de certos ativos, passivos, receitas e despesas na data base das demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A determinação dessas estimativas críticas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens sujeitos a estimativas significativas incluem:

- (i) A análise de recuperação dos valores dos ativos intangíveis, incluindo ágio ([Nota 14](#));
- (ii) Estimativas de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ([Nota 32](#));
- (iii) A identificação e valorização da provisão para litígios ([Nota 22](#));
- (v) As estimativas de valor justo de instrumentos financeiros ([Nota 3.7](#));
- (vi) Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber ([Nota 6.2](#));
- (vii) Mensuração do plano de pagamento baseado em ações ([Nota 17](#));
- (viii) Reconhecimento de receita ([Nota 25](#)).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

3 Políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou às políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1 Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar output.

O Grupo tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Se os planos de pagamento baseado em ações detidos pelos funcionários da adquirida precisam ser substituídos (substituição de planos), todo ou parte do novo montante do plano de substituição emitido pelo adquirente é incluído na mensuração da contraprestação transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano de pagamento baseado em ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços prestados antes da combinação.

Nossa política contábil estabelece uma avaliação que considere as condições específicas de cada aquisição para definição da utilização do método de acesso presente "*present access*" ou de aquisição antecipada "*anticipated acquisition*".

Dentro das modulações e da análise das aquisições realizadas pela Softplan, a contabilização das opções de venda de participações de não controladores deve seguir o método de "*present access*". Este método reflete a participação efetiva da Softplan, mantendo a participação dos sócios não controladores no patrimônio líquido consolidado.

(ii) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(iii) Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.2 Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.3 Instrumentos financeiros

O Grupo reconhece seus ativos e passivos financeiros pelo valor justo no reconhecimento inicial, com exceção do contas a receber que mensura ao preço de transação, e subsequente mensura ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base no modelo de negócio para gestão de seus ativos e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O Grupo classifica seus ativos financeiros de acordo com modelo de negócio para gestão dos seus ativos financeiros, conforme alterações introduzidas pelo CPC 48, mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado da seguinte forma:

(i) Ativos e Passivos financeiros ao custo amortizado

Representam ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio do Grupo é manter os ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que, constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Nesta categoria a Companhia classifica, principalmente, "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa", além de "fornecedores e outras contas a pagar.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

(iii) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

(iv) Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

3.4 Imobilizado**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Imóveis	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos
Computadores e periféricos e aparelhos telefônicos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.5 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de formação ou aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Os intangíveis atualmente detidos pela Companhia são amortizados em 5 a 10 anos, pelo método linear. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida, incluindo o *goodwill* (ágio por expectativa de rentabilidade futura), são mensurados ao custo, líquido de eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, e não estão sujeitos à amortização. Esses ativos são testados, no mínimo, anualmente quanto à recuperação de seu valor contábil, ou sempre que existirem indícios de perda.

O *goodwill* é alocado às respectivas unidades geradoras de caixa ou aos grupos de unidades geradoras de caixa que se espera que se beneficiem das sinergias da combinação de negócios e permanece sujeito exclusivamente ao teste de recuperabilidade, inclusive após eventos de reorganização societária, como incorporações, fusões ou cisões.

Para fins fiscais, observada a legislação tributária vigente, a amortização do ágio por expectativa de rentabilidade futura é admitida apenas após a ocorrência de incorporação, fusão ou cisão, sendo efetuada de forma linear pelo prazo mínimo de 60 meses, não produzindo efeitos na mensuração contábil do *goodwill*.

Os ativos intangíveis produzidos internamente são mensurados pelo seu custo de desenvolvimento, apurados com base em apontamento de horas dos colaboradores

alocados nos projetos e a demais gastos necessários para o desenvolvimento. A amortização de cada produto é realizada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso e de acordo com sua vida útil econômica estimada.

3.6 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Provisão de perdas no recebimento de créditos

A política de constituição de provisão de perdas no recebimento de créditos, consiste em reconhecer os títulos vencidos acima de 90 dias para os clientes da iniciativa privada. Para os clientes da área pública, adota-se como critério para o reconhecimento da provisão, os títulos vencidos acima de 180 dias, adotando ainda o efeito vagão. A administração efetua a análise individual da carteira de contas a receber para verificar se não existe nenhuma exceção a premissa inicial, seja para constituição de provisão ou reversão.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

3.7 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras utilizadas na atividade operacional, não sujeitas a risco de mudança significativa de valores e prontamente conversíveis em montante de caixa, no período inferior a 90 dias a contar da data de encerramento das demonstrações financeiras.

3.8 Provisão para contingências

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.9 Impostos

(i) Imposto de renda e contribuição social - Correntes

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, na companhia controladora e algumas controladas, é apurado com base no lucro real, para as demais controladas, a apuração é computada tendo por base o regime “lucro presumido”.

- **Lucro Presumido:** As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Cálculo realizado com base na alíquota de presunção de 32% sobre as receitas operacionais, e alíquotas de 15% e 9% para o imposto de renda e contribuição social, respectivamente.

A partir de 2026, há dispositivo legal via Lei Complementar nº 224/2025 a majoração de 10% nos percentuais aplicáveis à parcela da receita anual que exceder R\$ 5 milhões. As alíquotas do IRPJ e da CSLL permanecem inalterados. Por se tratar de tributação pelo regime de lucro presumido, não há impostos diferidos reconhecidos.

- **Lucro Real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício, quando aplicável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Ambos reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a

itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

- Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.
- Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas e serviços prestados, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas e serviços prestados.

O valor líquido dos impostos sobre vendas e serviços prestados, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e prestação de serviços das operações realizadas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto/Contribuição	Alíquota
PIS Programa de Integração Social	0,65%
COFINS Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3,00%

ISSQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2,00 e 3,00%
CPRB	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta	3,60%
IVA	Imposto sobre valor agregado	15,25%

Demonstrações dos fluxos de caixa

Preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos do CPC 03 R2. Os juros pagos e recebidos são classificados como atividades de financiamento ou investimento, em função do evento gerador.

Receita de vendas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, cancelamentos e impostos sobre as vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receita de contratos com clientes – Receita recorrente

A receita de software recorrente compreende: (i) assinatura de software, na qual os clientes possuem acesso ao software em sua versão mais recente; (ii) manutenção, suporte técnico e evolução tecnológica; e (iii) serviços, incluindo computação em nuvem e suporte ao cliente.

A receita recorrente é reconhecida no resultado ao longo do tempo, à medida que os serviços são prestados, a partir da data em que os serviços e software são disponibilizados ao cliente e todos os demais critérios de reconhecimento são atendidos.

Receita de contratos com clientes – Receita não recorrente

A receita de software não recorrente compreende: (i) licenciamento, que transferem ao cliente o direito de uso do software por tempo indeterminados; e (ii) serviços de implantação e customização de softwares, serviços de consultoria e treinamento.

(i) Serviço de licenciamento é reconhecido quando todos os riscos e benefícios inerentes a licença são transferidos ao comprador mediante a disponibilização do software e o valor pode ser mensurado de forma confiável, bem como seja provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor do Grupo.

(ii) As receitas de serviços de implementação e customização representam obrigação de desempenho distinta dos outros serviços e são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os custos são incorridos em relação ao total de custos esperados, realizados conforme cronograma de execução e quando há expectativa de recebimento do cliente. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento, não compõem os saldos das respectivas contas de receita e contas a receber. As receitas de serviços de consultoria e treinamento são reconhecidas quando os serviços são prestados.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

b. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 foram determinados de

acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

3.9.1 Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	160.384	6.815	200.853	215.739
Aplicações financeiras	-	-	-	5.072
Bancos conta vinculada	-	-	-	5.606
Contas a receber de clientes	4.641	5.436	44.507	112.285
Mútuo conversível	-	4.020	3.075	18.588
	165.025	16.271	248.435	357.290

3.9.2 Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros ([nota 3.14.1](#)) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

	Controladora		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Passivos financeiros			
Em 31 de dezembro de 2025			
Fornecedores	1.312	-	-
Obrigações por aquisições de investimentos	7.303	-	-
Em 31 de dezembro de 2024			
Fornecedores	810	-	-
Obrigações por aquisições de investimentos	27.743	-	10.810
	Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Passivos financeiros			
Em 31 de dezembro de 2025			

Empréstimos e financiamentos	15.825	14.286	10.714
Fornecedores	11.853	-	
Obrigações por aquisições de investimentos	37.064	-	41.080
Em 31 de dezembro de 2024			
Empréstimos e financiamentos	27.714	79.948	229.706
Fornecedores	13.210	-	-
Obrigações por aquisições de investimentos	93.780	-	-

3.9.3 Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Companhia os quais podem provocar alterações nas receitas da Companhia. Para mitigar esses riscos a Companhia monitora permanentemente essas oscilações.

3.9.4 Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

3.9.5 Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e/ou danos à reputação da Companhia.

A responsabilidade primaz para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas e se aproximam de seu valor justo.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.
- Contas a receber, outros créditos, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

3.9.6 Gestão de capital

O Grupo administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento. Para gestão do capital, a administração efetua o acompanhamento dos seguintes indicadores:

- Grau de endividamento;
- Capital circulante líquido e índice de liquidez corrente;
- Avaliação das disponibilidades de caixa no curtíssimo prazo;

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
(+) Empréstimos e financiamentos	-	-	40.825	337.367
(+) Passivo por aquisição de investimentos	7.303	38.553	78.144	125.690
(-) Caixa e equivalente de caixa	(160.384)	(6.815)	(200.853)	(215.739)
(-) Aplicações financeiras	-	-	-	(5.072)
(=) Dívida líquida	(153.082)	31.738	(81.885)	242.246
Patrimônio líquido total	427.199	189.433	436.906	206.968
Índice de alavancagem financeira	(0,36)	0,17	(0,19)	1,17

4 Movimentações societária

4.1 Combinação de negócios

4.1.1 Oystr Sistemas de Informática S/A

A Softplan Planejamento e Sistemas S/A adquiriu, em 17 de março de 2025, a totalidade das quotas da sociedade Oystr Sistemas de Informática Ltda. Com a reorganização societária, a participação societária foi transferida para a Starian Sistemas S/A.

A Oystr sediada em Curitiba, estado do Paraná, é uma empresa de tecnologia com foco em desenvolvimento, oferta e licenciamento de soluções de automação de processos, gerenciamento de credenciais, cofre de senhas, incluindo a alimentação, consulta, gestão e monitoramento voltados à interação com plataformas, portais e sistemas na área jurídica.

Desde a data de aquisição até 31 de dezembro de 2025, a Oystr Sistemas contribuiu com R\$ 10.187 (dez milhões, cento e oitenta e sete mil reais) de receita líquida de vendas e R\$ 233 (duzentos e trinta e três mil reais) de lucro líquido para o resultado consolidado do Grupo.

4.1.1.1 Contraprestação transferida

Valor justo da contraprestação transferida, a ser pago pela Starian Sistemas S/A aos vendedores, em contrapartida pela aquisição das ações, é o montante de R\$ 45.532.

O preço acordado é composto por uma parcela fixa e uma parcela variável (earn-out), conforme detalhado abaixo:

Parcela Fixa: A Parcela Fixa no valor bruto de R\$ 31.000 (trinta e um milhões de reais) será paga aos Vendedores de acordo com o percentual de participação de cada Vendedor no capital social da Sociedade na data de fechamento. Sendo, a primeira parcela no valor bruto de R\$ 15.500 (quinze milhões e quinhentos mil reais), correspondente a 50% da parcela fixa, foi paga em até cinco dias úteis contados da data de fechamento. E, a segunda parcela no valor bruto de R\$ 15.500 (quinze milhões e quinhentos mil reais), será paga em até cinco dias úteis contados do primeiro aniversário da data de fechamento, corrigida pela variação positiva do IPCA-IBGE a partir da data de fechamento até a data do efetivo pagamento.

Parcela Variável (Earn-out): Constitui pagamento contingente a ser apurado de acordo com os critérios definidos e poderá atingir o valor bruto máximo, global e total de até R\$ 35.000 (trinta e cinco milhões de reais) atualizado de acordo com o IPCA-IBGE, desde a data do fechamento até o pagamento efetivo da parcela do earn-out. A partir do Laudo PPA realizado ainda no exercício de 2025, o valor real estimado para pagamento de earn-out será de R\$ 15.042 (quinze milhões e quarenta e dois mil).

4.1.1.2 Relação dos ativos adquiridos e passivos assumidos

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição.

	03/2025
Caixa e equivalentes de caixa	712
Duplicatas a receber	198
Adiantamentos diversos	651
Despesas antecipadas	32
Imobilizado	90
Fornecedores	(193)
Obrigações Tributárias/Trabalhistas	(1.419)
Outras Obrigações	(11)
Total dos ativos identificáveis, líquido	60

O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

	2025
Contraprestação transferida	45.532
100% do patrimônio líquido	60
Ágio residual (<i>goodwill</i>)	45.472

4.1.2 Zap+ Suahouse Tecnologia e Gestão Imobiliária Ltda

Em 25 de agosto de 2025, a controlada Construtor de Vendas S/A, adquiriu a totalidade das quotas da sociedade Zap+ Suahouse Tecnologia e Gestão Imobiliária Ltda.

A Zap+ Suahouse Tecnologia e Gestão Imobiliária Ltda., sediada em São Paulo, Estado de São Paulo, é uma empresa de tecnologia voltada ao desenvolvimento e licenciamento de soluções digitais para o mercado imobiliário, incluindo plataformas de gestão comercial, CRM imobiliário e ferramentas de apoio à comercialização de empreendimentos e gestão de carteira de clientes para incorporadoras, imobiliárias e corretores. Suas soluções contemplam funcionalidades de gestão de leads, acompanhamento de vendas, integração com portais imobiliários e automação de processos comerciais no setor imobiliário.

Desde a data de aquisição até 31 de dezembro de 2025, a Zap + Suahouse contribuiu com R\$ 2.610 (dois milhões seiscentos e dez mil reais) de receita líquida de vendas e R\$ 1.103 (um milhão, cento e três mil reais) de lucro líquido para o resultado consolidado do Grupo.

4.1.2.1 Contraprestação transferida

Valor justo da contraprestação transferida, a ser pago pela Construtor de Vendas S/A à vendedora, é o montante de R\$ 13.633 (treze milhões, seiscentos e trinta e três mil reais).

O preço acordado é composto por uma parcela de fechamento, no valor de R\$ 9.000 (nove milhões de reais) e um ajuste de preço no valor de R\$ 4.633 (quatro milhões, seiscentos e trinta e três mil reais).

4.1.2.2 Relação dos ativos adquiridos e passivos assumidos

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição.

	08/2025
Caixa e equivalentes de caixa	401
Duplicatas a receber	188
Partes relacionadas (i)	4.491
Despesas antecipadas	38
Adiantamentos	158
Impostos a recuperar	2.813
Depósitos judiciais	31
Imobilizado e intangível	51
Fornecedores	(209)
Outras provisões	(189)
Obrigações Tributárias/Trabalhistas	(512)
Provisão para contingências	(674)
Total dos ativos identificáveis, líquido	6.586

(i) Saldo de contas a receber de partes relacionadas decorrente da operação que foi objeto de ajuste de preço.

O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

	2025
Contraprestação transferida	13.633
100% do patrimônio líquido	6.586
Ágio residual (<i>goodwill</i>)	7.047

5 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa (i)	160.384	6.815	200.853	215.739
	160.384	6.815	200.853	215.739
Aplicações financeiras – acima de 90 dias (ii)	-	-	-	5.072
	-	-	-	5.072

(i) Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o saldo é composto, principalmente, por aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Compromissadas e Fundos DI e Renda Fixa, com rendimentos que variam entre 2% e 110% do CDI. As aplicações financeiras com vencimento imediato ou até 90 dias são conversíveis em montante conhecido de caixa, não estão sujeitas a risco de mudança de valores e são mantidas para atividades operacionais da Companhia e, por essa razão, são consideradas equivalentes de caixa.

(ii) Em novembro de 2024, foi realizada aplicação financeira no Paraná Banco, CDB 180 dias, com flexibilização para retirada imediata do valor.

A Companhia revisou o CPC 03 e definiu que todas as aplicações financeiras que possuem risco insignificante de mudança de valor e que não possuem carência são caixa e equivalentes.

6 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas faturadas	5.016	6.019	54.358	81.280
Receitas a faturar	-	179	1.012	46.063
(-) Perda esperada com créditos	(375)	(761)	(10.863)	(15.058)
	4.641	5.436	44.507	112.285

As contas a receber de clientes são reconhecidos pelo valor nominal e deduzidos da estimativa de perdas esperadas, a qual é constituída utilizando o histórico de perdas por faixa de vencimento, sendo considerada suficiente pelo Grupo para cobrir eventuais perdas.

6.1 Composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Aging list				
A vencer	3.681	3.626	35.832	98.926
Vencidos:	960	1.810	8.675	13.359
De 1 a 30 dias	594	887	5.264	6.461
De 31 a 60 dias	315	431	1.972	3.169
De 61 a 90 dias	41	313	1.359	2.081
De 91 a 180 dias	32	507	647	2.728
De 181 a 360 dias	264	205	2.772	2.457
Acima de 360 dias	89	228	7.524	11.521
(Perda esperada com créditos)	(375)	(761)	(10.863)	(15.058)
	4.641	5.436	44.507	112.285

6.2 Perda esperada com créditos (PEC):

	Controladora	Consolidado
Saldo em dezembro de 2023	-	(14.162)
Entradas	(833)	(2.814)
Saídas	72	1.605
Saldo em dezembro de 2024	(761)	(15.058)
Entradas	(222)	(7.308)
Saídas	608	11.503
Saldo em dezembro de 2025	(375)	(10.863)

Os critérios para constituição da PEC são baseados na avaliação individual da situação de cada cliente e na experiência real de perda de crédito verificado nos últimos anos, diretamente associado ao período de inadimplemento dos títulos não pagos, ou seja, quando há evidências claras da perda incorrida.

Os critérios para constituição de PEC são segmentados por setor de atuação do Grupo. Para o setor privado é constituído PEC para os títulos vencidos acima de 90 dias e para os clientes do setor público, adota-se como critério para o reconhecimento da PEC os títulos vencidos acima de 180 dias.

7 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ICA a recuperar (i)	-	-	-	114
IVA a recuperar (i)	-	-	4	253
PIS retido na fonte	4	4	190	233
COFINS retido na fonte	20	17	876	1.073
INSS a compensar	-	25	183	652
Outros impostos a compensar	254	252	290	932
	278	298	1.543	3.257

(i) Os valores a recuperar de Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) e Imposto de Industria e Comercio (ICA), referem-se às retenções na fonte efetuadas sobre notas de fornecedores da Colômbia e Rz2 que ainda não foram compensadas em 2025.

8 Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de renda (i)	603	27	5.392	22.778
Contribuição social sobre o lucro (i)	105	6	1.486	2.971
	708	33	6.878	25.749

(i) Os valores de IRPJ e CSLL a recuperar representam antecipações dos pagamentos realizados durante o ano calendário em relação aos valores apurados e são passíveis de compensação por meio de PERDCOMP.

9 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adiantamento a fornecedores	25	52	1.502	2.066
Adiantamento a funcionários	86	92	1.042	1.727
Seguros (i)	60	253	60	1.182
Assinaturas e anuidades (ii)	168	946	4.736	6.987
Benefícios a funcionários	415	421	1.862	3.883
Precatórios (iii)	-	-	-	198
Dividendos a receber	2.259	3.039	6.113	-
Outros créditos (iv)	3.548	2.046	3.859	4.570
	6.561	6.849	19.174	20.615
Circulante	6.561	6.849	19.122	20.039
Não circulante	-	-	52	941

(i) Os valores com seguros referem-se a seguros garantias de contratos licitatórios.

(ii) Os valores das despesas antecipadas referem-se a assinaturas de uso de software para execução das atividades da Companhia.

(iii) A Companhia venceu processo de cobrança contra cliente pessoa jurídica do setor público, o qual gerou um precatório de natureza municipal. A Companhia precificou o ativo junto a potencial comprador. Com base na oferta recebida, reconhece os efeitos no resultado do exercício.

(iv) Em 31 de dezembro de 2025, do total apresentado, o montante de R\$ 1.323 refere-se ao saldo do mútuo concedido à BioAps, anteriormente classificado no grupo de "Mútuos concedidos" (nota 11), reclassificado para "Outros créditos" no ativo circulante em razão do vencimento contratual.

10 Bancos conta vinculada

A Companhia possui contas correntes bancárias destinadas a acumular depósitos a vista contingentes. Estes valores são oriundos de retenções efetuadas em recebimentos de contratos mantidos com os clientes TJ/SP e TJ/CE.

Estas retenções têm finalidade de resguardar estes clientes quanto a riscos de passivos trabalhistas decorrentes da cessão de mão de obra necessária para prestar o serviço contratado.

Devido à reorganização societária ocorrida no exercício de 2025, o saldo de contas vinculadas ficou totalmente atribuído a Softplan Planejamento e Sistemas.

	Consolidado
Saldo 2023	4.560
Depósitos	7.231
Saques	(6.185)
Saldo 2024	5.606
Efeito Cisão	(5.606)
Saldo 2025	-

11 Mútuos concedidos

Controladora

Consolidado

	2025	2024	2025	2024
Mútuo conversível a BioAps (i)	-	1.758	-	1.758
Mútuo conversível a Placarsoft (i)	-	-	-	1.279
Mútuo a Refera Tecnologia S/A. (i)	-	2.262	-	-
Mútuo a MTDSOFT Holding (i)	-	-	-	5.184
Mútuo a GC3 Holding (i)	-	-	-	5.184
Mútuo a I2RT Ventures Holding (i)	-	-	-	5.184
Mútuo a Vertente (nota 11.1)	-	-	3.075	-
	-	4.020	3.075	18.588

(i) Em 31 de outubro de 2025, foi realizada a reorganização societária, onde a partir do mês de novembro de 2025, a consolidação do grupo Softplan S/A, constam apenas empresas que atuam no setor MultiSaas. Os mútuos concedidos saíram do valor consolidado pois referem-se a mútuos com a Softplan Planejamento e Sistemas S/A.

11.1 Mútuo a Vertente

Contrato celebrado em 18 de dezembro de 2025 entre a Starian Sistemas S/A. e a Vertente Consultoria e Sistemas LTDA, no contexto da reestruturação do canal de vendas, que compreendeu a criação de novo canal com atuação nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. A Vertente adquiriu a carteira de clientes vinculada ao canal Soler (ES) e assumirá as carteiras vinculadas aos canais GSN e TCP (MG).

No âmbito dessa operação, foi acordada a antecipação de remuneração correspondente a 48 meses ao novo canal Vertente, referente à carteira do Estado do Espírito Santo, com o objetivo de viabilizar financeiramente a transação. Para instrumentalização da operação foram formalizados Contrato de Parceria para Comercialização de Licença de Softwares com a Vertente, bem como distratos com os canais GSN e TCP, havendo fluxo paralelo para formalização dos documentos com a Soler.

O valor do mútuo concedido totalizou R\$ 2.959, acrescido de IOF, sendo corrigido pela variação do CDI acrescida de juros de 2% ao mês. A liquidação ocorre de forma mensal, mediante compensação com valores faturados pela Vertente a título de prestação de serviços. O prazo contratual é de 48 meses e, ao término desse período, eventual saldo remanescente será integralmente quitado.

12 Investimentos

A Companhia possui participação societária junto a outras entidades, que são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial e pelo método de custo histórico. As participações em entidades estão demonstradas a seguir:

12.1 Composição saldo investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Starian Sistemas S/A	155.157	-	-	-
Softplan Plan. e Sistemas S/A (i)	-	96.321	-	-
Poligraph Sistemas e Representações (i)	-	11.774	-	-
JXS Informática Ltda (i)	-	3.349	-	-
SAJ ADV Sistemas S/A	11.399	7.932	-	-
1Doc Tecnologia S/A (i)	-	28.177	-	-
Construtor de Vendas S/A.	9.823	8.069	-	-
Refera Tecnologia S/A (i)	-	12.121	-	-
Checklist Mexico	7.779	2.951	-	-
Demais investimentos (ii)	274	277	339	353
	184.432	170.971	339	353

(i) Em 31 de outubro de 2025, foi realizada uma reorganização societária, onde a partir do mês de novembro/25, a consolidação do grupo Softplan S/A, constam apenas empresas que atuam no setor MultiSaaS.

(ii) Avaliadas pelo valor justo: EmCasa – 0,98% e Instacasa – 0,75%.

12.2 Informações contábeis resumidas das controladas em 31 de dezembro de 2025

	%	Ativo	Passivo	PL	Receita	Resultado
Starian Sistemas S/A	100%	350.533	190.572	159.961	90.237	(3.118)
RZ2 Sistemas	99%	848	1.155	(307)	4.440	519
Construtor de Vendas S/A	51%	28.983	15.573	13.410	45.482	9.786
SAJ ADV Sistemas S/A	100%	11.555	1.160	10.394	23.590	9.756

12.3 Movimentação dos investimentos controladora (controladas diretas)

	%	Saldos em 31.12.2024	Aumento de capital/ Cessão de cotas	Compra de ações	Dividendos distribuídos	Equiv. Patrimonial/ Amortização (i)	Outros resultados	Var. cambial invest.	Efeito Cisão	Saldos em 31.12.2025
Starian Sistemas S/A	100	-	168.282	11	-	(3.118)	-	-	(10.018)	155.157
Softplan Planejamento e Sistemas S/A	100	96.321	-	-	(15.928)	1.679	-	-	(82.072)	-
Poligraph Sistemas e Representações Ltda.	100	11.774	(19.179)	-	(7.204)	4.405	-	-	10.204	-
JXS Informática Ltda.	100	3.349	(1.087)	-	(2.842)	238	342	-	-	-
SAJ ADV Sistemas S/A.	100	7.933	-	-	(6.290)	9.756	-	-	-	11.399
1Doc Tecnologia S/A.	100	28.974	(36.357)	10.500	(3.863)	746	-	-	-	-
Construtor de Vendas S/A.	51	8.069	-	-	(3.113)	4.867	-	-	-	9.822
Refera Tecnologia S/A	77,98	11.323	424	-	-	(827)	798	-	(11.717)	-
Checklist México - RZ2	99	2.951	-	-	-	519	-	4.309	-	7.779
Softplan Setor Público S/A	100	-	41.287	-	-	7.711	-	-	(48.998)	-
Demais investimentos		277	-	-	-	-	(3)	-	-	274
		170.971	153.370	10.511	(39.240)	25.976	1.137	4.309	(142.601)	184.432

(i) O valor da equivalência patrimonial na DRE, está representado líquido de amortizações de investimentos, sendo esta a composição: Equivalência patrimonial no valor de R\$ 27.223, deduzida da amortização de mais valias de investimentos não incorporados no valor de R\$ 1.247, restando R\$ 25.986, sendo complementada a amortização de mais valias de investimentos incorporados no valor de R\$ 4.876, trazendo um efeito líquido de R\$ 21.110, conforme demonstrado na demonstração do resultado do exercício.

	%	Saldos em 31.12.2023	Aumento (redução) de capital	Compra de ações	Dividendos distribuídos	Equivalência patrimonial/ Amortização	Ajuste avaliação patrimonial	Variação Cambial invest.	Baixa	Saldos em 31.12.2024
Softplan Planejamento e Sistemas S/A	100	109.405	1.135	-	(34.490)	23.708	(4.129)	692	-	96.321
Poligraph Sistemas e Repres. Ltda.	100	4.179	-	-	(10.205)	17.800	-	-	-	11.774
JXS Informática Ltda.	100	4.209	-	-	(1.202)	342	-	-	-	3.349
SAJ ADV Sistemas S/A.	100	5.612	(6.000)	-	-	8.321	-	-	-	7.933
1Doc Tecnologia S/A.	63,85	12.448	-	15.584	(4.594)	5.535	-	-	-	28.974
Construtor de Vendas S/A.	51	7.599	-	-	(1.683)	2.153	-	-	-	8.069
Checklist Fácil Sistemas S/A.	60	29.260	-	43.572	(1.976)	-	-	316	(76.065)	-
Refera Tecnologia S/A	66,72	9.334	-	2.728	-	(1.832)	1.094	-	-	12.120
Checklist México - RZ2	99	-	-	2.873	-	78	-	-	-	2.951
Bry Tecnologia S/A.	25	2.104	-	-	-	-	-	-	(2.104)	-
Demais investimentos		744	-	-	-	-	-	-	(467)	277
		184.911	(4.865)	64.758	(54.150)	56.103	(3.035)	1.008	(73.741)	170.971

12.4 Movimentação dos investimentos consolidado

	%	Saldos em 31.12.2024	Baixas	Saldos em 31.12.2025
Demais investimentos		353	(14)	339
		353	(14)	339

	%	Saldos em 31.12.2023	Baixas	Saldos em 31.12.2024
Bry Tecnologia S/A.	25	2.104	(2.104)	-
Demais investimentos		1.431	(1.078)	353
		3.535	(3.182)	353

13 Imobilizado

	Consolidado						Total
	Móveis e utensílios	Instalações	Imóveis	Computadores e periféricos	Aparelhos telefônicos	Direito de uso locação de imóveis	
Taxa média anual de depreciação	10%	10%	4%	20%	20%		
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2023	791	363	363	11.410	133	648	13.708
Adições	277	603	14	4.423	55	1.160	6.532
Combinação de Negócios	9	122	-	345	-	-	476
Baixas	(1)	-	(2)	-	-	-	(3)
Depreciação	(1.010)	(79)	(1)	(5.204)	(44)	(698)	(7.037)
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2024	65	1.010	370	10.973	144	1.110	13.676
Adições	72	474	-	457	4	52	1.059
Combinação de Negócios	3	-	-	91	-	-	94
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(87)	(41)	(3)	(1.054)	(5)	(17)	(1.211)
Efeito Cisão	346	(714)	(356)	(4.728)	(112)	1.467	(4.097)
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2024	399	729	11	5.739	31	2.612	9.521

14 Intangível

	Consolidado						Total
	Ágio	Carteira de clientes	Marcas	Software	No compete	Software de produto	
Taxa média anual de amortização				20%	20%	20%	
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2023	217.683	39.191	25.093	77.026	-	61.570	420.563
Adições			-		-	26.375	26.375
Combinação de negócios	12.115	4.385	5.827	16.670	4.170	(115)	43.052
Amortização	-	(4.243)	(7.462)	(8.035)	(695)	(26.474)	(46.909)
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2024	229.795	39.332	23.461	85.661	3.475	61.356	443.080
Adições	13.307	4.941	3.667	1.280	-	3.195	26.390
Combinação de negócios	38.390	3.680	1.517	47	-	-	43.634
<i>Impairment</i>	(1.547)	-	-	-	-	-	-
Amortização	-	(1.061)	(371)	(1.577)	(834)	(1.606)	(6.996)
Efeito cisão	4.404	(19.137)	(12.095)	(64.615)	-	(56.244)	(147.687)
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2025	284.349	27.755	16.179	20.796	2.641	6.701	358.421

A atividade da Companhia pressupõe o contínuo desenvolvimento de novos sistemas visando aumentar o leque de opções para os clientes atuais e novos potenciais, tendo em vista a crescente demanda de mercado por soluções informatizadas. Os valores contabilizados no intangível (software de produto) correspondem à parcela do custo de desenvolvimento, apurados com base em apontamento de horas dos colaboradores alocados nos projetos e demais gastos necessários para o desenvolvimento dos produtos. A amortização de cada produto é realizada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso e conforme a vida útil estimada.

14.1 Teste de *impairment*

O Grupo efetuou avaliação da existência de indicadores de *impairment* para os ativos decorrentes de aquisições societárias com vida útil definida (software, carteira de clientes e marcas) e testou os ativos de vida útil indefinida (ágio).

(i) Software, carteira de clientes e marcas

A Administração avaliou e não identificou indicativos de *impairment* para ativos com vida útil definida.

(ii) Ágio

Os valores de ágio, apurados pela Grupo nas aquisições, estão sujeitos a avaliação de *impairment* (redução ao valor recuperável). A estimativa do valor recuperável baseou-se no conceito definido pelo CPC 01, como o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados para os próximos 5 anos, mais o período de perpetuidade descontado a valor presente, por uma taxa, no caso o WACC.

Para o ágio por expectativa de rentabilidade futura não foi identificada a necessidade de ajustes de perda por redução do valor de recuperação na última avaliação anual, efetuada em 31 de dezembro de 2025, baseado nas projeções e premissas de fluxo de caixa futuros.

Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos e fontes internas. As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos e uma taxa de crescimento na perpetuidade após este período. A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada com base na estimativa da taxa anual composta de crescimento de longo prazo do LAJIDA (lucro antes dos juros / resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização), a qual a Administração acredita estar consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria.

No contexto da reorganização societária ocorrida no exercício, parte das sociedades anteriormente contempladas no escopo de teste de recuperabilidade foi transferida para outra estrutura societária por meio de cisão. Dessa forma, as empresas 1Doc e Refera deixaram de integrar o perímetro desta Companhia a partir da data-base da reorganização, razão pela qual não estão sendo consideradas nos testes de *impairment* apresentados nesta nota explicativa.

a. Checklist Fácil

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir.

	Consolidado 2025
Taxa de desconto	13,87%
Taxa de crescimento na perpetuidade	1,08%
Taxa de crescimento estimado para o Lajida (média 5 anos)	43,30%

O resultado do teste da unidade geradora de caixa, com ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), conforme demonstrado acima, evidencia que não há indicativos de perda por redução ao valor recuperável, ou seja, o fluxo de caixa descontado tem valor recuperável que ultrapassa o valor contábil com uma margem substancial, garantindo que não há riscos de desvalorização.

De acordo com as performances históricas, a Companhia já comprovou que consegue operar acima das premissas que estão sendo consideradas na estimativa de resultados futuros. Nesse sentido, não existem evidências da determinação corrente de valor recuperável ser inferior ao valor contábil.

O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil em aproximadamente R\$ 244.603.

b. Construtor de Vendas

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir.

	Consolidado 2025
Taxa de desconto	13,87%
Taxa de crescimento na perpetuidade	1,08%
Taxa de crescimento estimado para o Lajida (média 5 anos)	55,97%

O resultado do teste da unidade geradora de caixa, com ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), conforme demonstrado acima, evidencia que não há indicativos de perda por redução ao valor recuperável, ou seja, o fluxo de caixa descontado tem valor recuperável que ultrapassa o valor contábil com uma margem substancial, garantindo que não há riscos de desvalorização.

De acordo com as performances históricas, a Companhia já comprovou que consegue operar acima das premissas que estão sendo consideradas na estimativa de resultados futuros. Nesse sentido, não existem evidências da determinação corrente de valor recuperável ser inferior ao valor contábil.

O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil em aproximadamente R\$ 120.237.

c. Projuris

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir.

	Consolidado 2025
Taxa de desconto	13,87%
Taxa de crescimento na perpetuidade	1,08%
Taxa de crescimento estimado para o Lajida (média 5 anos)	35,80%

O resultado do teste da unidade geradora de caixa, com ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), conforme demonstrado acima, evidencia que não há indicativos de perda por redução ao valor recuperável, ou seja, o fluxo de caixa descontado tem valor recuperável que ultrapassa o valor contábil com uma margem substancial, garantindo que não há riscos de desvalorização.

De acordo com as performances históricas, a Companhia já comprovou que consegue operar acima das premissas que estão sendo consideradas na estimativa de resultados futuros. Nesse sentido, não existem evidências da determinação corrente de valor recuperável ser inferior ao valor contábil.

O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil em aproximadamente R\$ 458.096.

d. EConstrumarket

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir.

	Consolidado 2025
Taxa de desconto	13,87%
Taxa de crescimento na perpetuidade	1,08%
Taxa de crescimento estimado para o Lajida (média 5 anos)	48,20%

O resultado do teste da unidade geradora de caixa, com ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), conforme demonstrado acima, evidencia que não há indicativos de perda por redução ao valor recuperável, ou seja, o fluxo de caixa descontado tem valor recuperável que ultrapassa o valor contábil com uma margem substancial, garantindo que não há riscos de desvalorização.

De acordo com as performances históricas, a Companhia já comprovou que consegue operar acima das premissas que estão sendo consideradas na estimativa de resultados futuros. Nesse sentido, não existem evidências da determinação corrente de valor recuperável ser inferior ao valor contábil.

O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil em aproximadamente R\$ 28.792.

e. Ecustos

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir.

	Consolidado 2025
Taxa de desconto	13,87%
Taxa de crescimento na perpetuidade	1,08%
Taxa de crescimento estimado para o Lajida (média 5 anos)	N/A

O resultado do teste da unidade geradora de caixa, com ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), conforme demonstrado acima, evidencia que o valor recuperável estimado, apurado com base no fluxo de caixa descontado, é inferior ao valor contábil da UGC na data-base do teste, indicando a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

Em decorrência disso, a Companhia reconheceu, no resultado do exercício de 2025, perda por *impairment* no montante de R\$ 316, a qual está relacionada à revisão das expectativas de geração de caixa futura da referida unidade geradora de caixa.

Após o reconhecimento da perda, o valor contábil da UGC foi ajustado ao seu respectivo valor recuperável estimado na data-base do teste.

f. Justto

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir.

	Consolidado 2025
Taxa de desconto	13,87%
Taxa de crescimento na perpetuidade	1,08%
Taxa de crescimento estimado para o Lajida (média 5 anos)	45,00%

O resultado do teste da unidade geradora de caixa, com ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), conforme demonstrado acima, evidencia que o valor recuperável estimado, apurado com base no fluxo de caixa descontado, é inferior ao valor contábil da UGC na data-base do teste, indicando a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

Em decorrência disso, a Companhia reconheceu, no resultado do exercício de 2025, perda por *impairment* no montante de R\$ 1.231, a qual está relacionada à revisão das expectativas de geração de caixa futura da referida unidade geradora de caixa.

Após o reconhecimento da perda, o valor contábil da UGC foi ajustado ao seu respectivo valor recuperável estimado na data-base do teste.

g. Prevision

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir.

	Consolidado 2025
Taxa de desconto	13,87%
Taxa de crescimento na perpetuidade	1,08%
Taxa de crescimento estimado para o Lajida (média 5 anos)	190,3%

O resultado do teste da unidade geradora de caixa, com ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), conforme demonstrado acima, evidencia que não há indicativos de perda por redução ao valor recuperável, ou seja, o fluxo de caixa descontado tem valor recuperável que ultrapassa o valor contábil com uma margem substancial, garantindo que não há riscos de desvalorização.

De acordo com as performances históricas, a Companhia já comprovou que consegue operar acima das premissas que estão sendo consideradas na estimativa de resultados futuros. Nesse sentido, não existem evidências da determinação corrente de valor recuperável ser inferior ao valor contábil.

O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil em aproximadamente R\$ 158.159.

h. Deep Legal

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir.

	Consolidado 2025
Taxa de desconto	13,87%
Taxa de crescimento na perpetuidade	1,08%
Taxa de crescimento estimado para o Lajida (média 5 anos)	93,6%

O resultado do teste da unidade geradora de caixa, com ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), conforme demonstrado acima, evidencia que não há indicativos de perda por redução ao valor recuperável, ou seja, o fluxo de caixa descontado tem valor recuperável que ultrapassa o valor contábil com uma margem substancial, garantindo que não há riscos de desvalorização.

De acordo com as performances históricas, a Companhia já comprovou que consegue operar acima das premissas que estão sendo consideradas na estimativa de resultados futuros. Nesse sentido, não existem evidências da determinação corrente de valor recuperável ser inferior ao valor contábil.

O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil em aproximadamente R\$ 9.249.

i. Oystr

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir.

	Consolidado 2025
Taxa de desconto	13,87%
Taxa de crescimento na perpetuidade	1,08%
Taxa de crescimento estimado para o Lajida (média 5 anos)	38,40%

O resultado do teste da unidade geradora de caixa, com ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), conforme demonstrado acima, evidencia que não há indicativos de perda por redução ao valor recuperável, ou seja, o fluxo de caixa descontado tem valor recuperável que ultrapassa o valor contábil com uma margem substancial, garantindo que não há riscos de desvalorização.

De acordo com as performances históricas, a Companhia já comprovou que consegue operar acima das premissas que estão sendo consideradas na estimativa de resultados futuros. Nesse sentido, não existem evidências da determinação corrente de valor recuperável ser inferior ao valor contábil.

O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil em aproximadamente R\$ 29.990.

j. RunRunit

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir.

	Consolidado 2025
Taxa de desconto	13,87%
Taxa de crescimento na perpetuidade	1,08%
Taxa de crescimento estimado para o Lajida (média 5 anos)	46,70%

O resultado do teste da unidade geradora de caixa, com ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), conforme demonstrado acima, evidencia que não há indicativos de perda por redução ao valor recuperável, ou seja, o fluxo de caixa descontado tem valor recuperável que ultrapassa o valor contábil com uma margem substancial, garantindo que não há riscos de desvalorização.

De acordo com as performances históricas, a Companhia já comprovou que consegue operar acima das premissas que estão sendo consideradas na estimativa de resultados futuros. Nesse sentido, não existem evidências da determinação corrente de valor recuperável ser inferior ao valor contábil.

O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil em aproximadamente R\$ 27.605.

15 Empréstimos e financiamentos

	Natureza da operação	Juros % a.a.	Consolidado	
			2025	2024
FINEP	Financiamentos	URT-J	-	38.151
Banco Bradesco	Debêntures	CDI + 1,60	-	248.727
Caixa Econômica	Capital de Giro	CDI + 2,06	40.825	50.476
Outras operações	Financiamentos		-	13
			40.825	337.367
Circulante			15.825	27.714
Não circulante			25.000	309.653

A movimentação dos empréstimos e financiamentos do período ocorreu da seguinte forma:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	337.367	148.490
Captação	-	310.834
Juros incorridos (i)	41.964	25.023
(-) Amortização	(2.381)	(120.160)
(-) Custos de captação	-	(2.313)
(-) Juros pagos (i)	(43.163)	(24.508)
(-) Efeito cisão (ii)	(292.962)	-
Saldo final	40.825	337.367

- (i) Além do valor acima demonstrado, nas demonstrações dos fluxos de caixa do exercício, foram demonstrados os efeitos dos juros incorrido e pagos sobre os passivos por aquisição de investimento, os quais totalizaram R\$ 11.783 e R\$ 9.579 em 2025, respectivamente (vide nota 21).
- (ii) Efeito Cisão da Softplan Planejamento e Sistemas, retirando da dívida da Softplan S/A os valores de debêntures (**nota 15.1**) e FINEP (**nota 15.3**).

Os montantes registrados no passivo circulante e não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Consolidado	
	2025	2024
Um ano (2025)	15.825	27.714
Dois anos (2026)	14.286	79.961
Três anos (2027)	10.714	82.207
Quatro anos (2028)	-	76.668
Cinco anos (2029)	-	52.296
Acima de cinco anos (2030 - 2033)	-	18.522
	40.825	337.367

15.1 Debêntures

No dia 16 de setembro de 2024 a Softplan Planejamento e Sistemas S/A. firmou a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, Destinada a Investidores Profissionais de 250.000 debêntures no montante de R\$ 250.000 e valor nominal de R\$ 1.

Os recursos líquidos captados pela Emissora por meio das Debêntures foram utilizados para (i) realização do resgate antecipado da totalidade das debêntures objeto da 1ª

(primeira) emissão de debêntures da Emissora, emitidas em 19 de setembro de 2022, com valor nominal unitário de R\$ 1 (mil reais), perfazendo um valor total de emissão de R\$ 130.000 (cento e trinta milhões de reais) e (ii) reforço de caixa da Emissora.

Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano-base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 ("Taxa DI"), acrescida, exponencialmente, de spread (sobretaxa) de 1,60% (um inteiro e sessenta centésimos por cento) ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures").

Atrelado à captação das debêntures, foi constituída uma operação de SWAP de juros, tendo CDI + 1,60 ao ano na ponta ativa versus 115,07 % do CDI na ponta passiva.

Os juros têm vencimento mensal, a contar de 20 de outubro 2024. O saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado mensalmente, sempre no dia 20 de cada mês, a partir do 13º (décimo terceiro) mês (inclusive) contado da data de emissão, sendo a primeira parcela devida em 20 de outubro de 2025 e a última parcela na data de vencimento final, programado para 20 de setembro de 2029.

Em garantia da operação contratada, fica como fiadora, a empresa Softplan S/A, em caráter irrevogável e irretratável, como coobrigadas e devedoras solidárias.

Em decorrência da cisão ocorrida no exercício de 2025, o referido passivo foi transferido para a Softplan Planejamento e Sistemas S/A., passando a integrar a estrutura patrimonial daquela Companhia, não permanecendo na posição patrimonial da Softplan S/A. a partir da data da cisão.

15.2 Financiamento FINEP

Em 10 de fevereiro de 2023 foi assinado contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e a Softplan Planejamento e Sistemas S/A., objetivando custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação da Softplan. Foi captado R\$ 43.357 (líquido da contrapartida), o qual será liberado em tranches. O saldo contratado será atualizado, pro rata temporis, com juros compensatórios compostos de TJLP reduzidos por equalização em 3,6%, acrescidos de 4,0% ao ano a título de spread. O principal da dívida decorrente desta captação será pago à FINEP em 85 parcelas mensais e sucessivas, após 36 meses de carência. Os juros remuneratórios serão amortizados mensalmente no período de carência. O 1º tranche foi liberado no dia 10 de maio de 2023, no valor de R\$ 27.126 e o 2º tranche liberado em 15 de fevereiro de 2024, no valor de R\$ 10.821.

Em decorrência da cisão ocorrida no exercício de 2025, o referido passivo foi transferido para a Softplan Planejamento e Sistemas S/A., passando a integrar a estrutura patrimonial daquela Companhia, não permanecendo na posição patrimonial da Softplan S/A. a partir da data da cisão.

16 Fornecedores

Controladora

Consolidado

	2025	2024	2025	2024
Benefícios a empregados	2	205	2.337	2.079
Comissões a pagar	-	-	2.480	2.060
Periféricos e intangíveis	92	27	2.400	1.955
Seguros a pagar	227	251	758	1.335
Serviços de terceiros	76	150	91	202
Servidores e data center	22	6	1.094	2.204
Outros fornecedores a pagar	893	170	2.692	3.375
	1.312	810	11.852	13.210

17 Obrigações e provisões trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Pagamento baseado em ações (i)	129	57.704	834	57.704
Salários a pagar	1.587	1.817	9.116	16.392
Rescisões a pagar	9	77	244	182
INSS a recolher	393	869	2.824	4.258
FGTS a recolher	221	251	1.661	3.015
Gratificações trabalhistas a pagar	2.207	1.664	16.427	27.179
Provisões de férias	2.805	2.741	19.680	36.306
Outras obrigações	-	1	112	73
	7.351	65.125	50.898	145.109
Circulante	7.222	38.402	50.064	118.386
Não circulante	129	26.723	834	26.723

(i) Pagamento baseado em ações

a. Composição dos saldos

A Companhia mantém em 31 de dezembro de 2025 em seu passivo e patrimônio líquido o montante de R\$ 4.611 (R\$ 57.704 em 2024) sendo referente as obrigações de planos de incentivo a longo prazo no valor de R\$ 834, classificadas no passivo não circulante, e R\$ 3.777 classificadas no patrimônio líquido.

	Consolidado
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2024	57.704
Provisão SOP	11.030
Atualizações financeiras	3.296
Exercício da opção de compra	(18.228)
Baixa (a.1)	(49.191)
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	4.611
Passivo circulante (a.2)	834
Patrimônio líquido (a.3)	3.777
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	4.611

a.1 – A Companhia mantinha planos de incentivo de longo prazo concedidos entre 2021 e 2022 a determinados executivos, estruturados como pagamento baseado em ações liquidado em caixa, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1), em razão da existência de obrigação contratual de recompra em caixa das ações detidas pelos beneficiários. Durante a vigência desses planos, o correspondente passivo financeiro foi mensurado ao valor justo em cada data de reporte, com contrapartida no resultado do exercício.

No exercício de 2025, em decorrência da entrada de um fundo de investimento e da reorganização societária associada, a totalidade das ações detidas pelos executivos foi alienada em operação privada diretamente a terceiro. Tal evento resultou

na liquidação das opções de compra e venda originalmente outorgadas, que deixaram de produzir efeitos econômicos e jurídicos no âmbito da Companhia.

Considerando que a alienação das ações representou, na essência, a liquidação do instrumento de pagamento baseado em ações, a Companhia reconheceu tal efeito no patrimônio líquido (reserva de capital), em conformidade com o tratamento aplicável aos pagamentos baseados em ações previsto no CPC 10 (R1).

a.2 - Em 2025 a Companhia firmou plano de incentivo a longo prazo para seus diretores e gerentes executivos cujo vencimento dar-se-á após 3 anos, sem opções de compra de ações. O reconhecimento dessas obrigações, estão consideradas a valor justo.

a.3 - Em maio de 2025, os beneficiários ("Outorgados") assinaram novos contratos de outorga de opção de compra de ações firmados com o grupo Softplan S/A ("Outorgante" ou "Grupo"), para opção de compra e aquisição de certo número de ações da Outorgante.

Os presentes aditivos de contratos celebrados entre os Outorgados produzem efeitos imediatos na data de assinatura e permaneceram em pleno vigor até o integral cumprimento.

Em decorrência da reorganização societária ocorrida agosto de 2025, foram revisadas as condições anteriormente pactuadas relacionadas à obrigação registrada no passivo não circulante referente a compromissos vinculados a diretores executivos. Como resultado das alterações contratuais e da nova estrutura societária, a Companhia deixou de possuir obrigação presente relacionada a esse compromisso.

Dessa forma, o passivo anteriormente constituído foi desreconhecido no exercício, com a respectiva baixa reconhecida no patrimônio líquido.

O desreconhecimento foi efetuado com base na avaliação da Administração de que não subsiste obrigação presente nos termos do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma vez que os eventos que davam origem à obrigação foram extintos ou modificados pelas novas condições contratuais estabelecidas (**vide nota 17.b, nota 17.c e nota 17.d**).

b. Descrição do plano

A Softplan S/A. ("Companhia") mantém um Programa de Incentivo de Longo Prazo (ILP), estruturado por meio da outorga de opções de compra de um certo número de ações, aprovado no âmbito do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de maio de 2025, com posterior aprovação do respectivo Programa pelo Conselho de Administração na mesma data.

O Programa tem como objetivo alinhar os interesses de administradores e empregados-chave aos objetivos de longo prazo da Companhia, mediante a concessão de instrumentos patrimoniais, observados os termos e condições definidos no Plano, no Programa e nos contratos individuais de outorga.

c. Características do plano vigente

Cada opção confere ao beneficiário o direito de adquirir uma ação preferencial classe A de emissão da Companhia, não sendo atribuídos direitos políticos ou econômicos antes do efetivo exercício das opções.

As opções estão sujeitas a período de vesting de quatro anos, com período de carência ("*cliff*") de 12 meses, contado da data estabelecida nos respectivos contratos. O exercício das opções depende, cumulativamente, do cumprimento do período de vesting, da manutenção do vínculo do beneficiário com a Companhia e do atingimento de condições de performance coletiva, baseadas no crescimento real acumulado do *valuation* da Companhia, conforme critérios definidos no Programa.

Período de Vesting: Sem prejuízo das demais condições de exercício estabelecidas, as Opções serão vestidas em tranches durante o período de 4 (quatro) anos contados a partir de 1º de janeiro de 2024.

d. Do exercício da opção de compra e prática contábil

Preenchidos todos os requisitos para o exercício das opções a liquidação das opções ocorre exclusivamente mediante a entrega de instrumentos patrimoniais, por meio de ações mantidas em tesouraria ou emissão de novas ações, a critério do Conselho de Administração.

As ações adquiridas estão sujeitas a restrição de negociação pelo prazo de 12 meses a partir da data de sua transferência.

Este Plano de incentivo a longo prazo é contabilizado em conformidade com o CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, sendo classificado como pagamento baseado em ações liquidado com instrumentos patrimoniais. O valor justo das opções outorgadas é reconhecido como despesa ao longo do período de *vesting*, com contrapartida no patrimônio líquido, refletindo a natureza do plano e o contexto de entrada de novos investidores, sem obrigação de liquidação financeira pela Companhia.

18 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ISS a recolher	115	100	1.116	1.757
PIS a recolher	53	32	216	459
COFINS a recolher	268	148	1.026	1.988
INSS s/ faturamento a recolher	212	-	1.755	3.633
IRRF a recolher - (PF)	968	1.462	5.649	12.693
Impostos a pagar sucursal (i)	-	-	186	477
Impostos a recolher ajustes <i>cut-off</i> (ii)	-	18	83	4.590
Outros impostos a recolher	11	1	798	726
	1.627	1.761	10.829	26.323

(i) ICA e IVA a recolher sucursal Colômbia.

(ii) IRPJ, CSLL, Pis a recolher, Cofins a recolher, CPRB e ISS a recolher relacionados aos impactos do ajuste da receita por competência (*cut-off*).

19 Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	2025	2024
CSLL	653	608
IRRF	1.688	3.043
Parcelamento IRPJ	30	-
	2.371	3.651
Circulante	2.341	3.639
Não circulante	30	12

20 Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adiantamento de clientes	79	204	367	475
Arrendamentos mercantis	-	-	2.580	1.093
Obrigações com contratos	-	-	5.189	4.256
Receita diferida	670	562	2.388	3.140
TSA (i)	-	-	4.547	-
Outras obrigações	43	13	421	3.393
	792	779	15.492	12.357
Circulante	792	779	13.622	6.842
Não circulante	-	-	1.870	5.515

- (i) *Technical Services Agreement* ("TSA"), que é um acordo de transição de compartilhamento de despesas, considerando valores decorrentes da cisão societária entre Softplan Sistemas e Starian Sistemas, correspondentes a obrigações assumidas no âmbito da reestruturação societária.

21 Obrigações por aquisição de investimentos

A Companhia tem obrigações por aquisição dos investimentos, negociadas com pagamento parcelado. São valores devidos aos acionistas anteriores das empresas adquiridas e podem se realizar mediante pagamento aos sócios, ou por retenção de garantias.

As obrigações estão registradas no passivo circulante e no não circulante, conforme demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Obrigações por aquisição de investimentos	7.303	38.553	78.144	125.690
	7.303	38.553	78.144	125.690
Circulante	7.303	27.743	37.064	93.780
Não circulante	-	10.810	41.080	31.910

A movimentação das obrigações por aquisição de investimentos do período ocorreu da seguinte forma:

	Consolidado 2025
Saldo inicial	125.690
Captação	46.056
Juros incorridos (i)	11.783
(-) Juros pagos	(9.579)
(-) Pagamento por obrigações com investimentos	(85.095)
(-) Efeito Cisão	(10.711)
Saldo final	78.144

(i) Além do valor acima demonstrado, nas demonstrações dos fluxos de caixa do exercício, foram demonstrados os efeitos dos juros incorrido e pagos sobre empréstimos e financiamentos, os quais totalizaram R\$ 41.964 e R\$ 43.163 em 2025, respectivamente (vide nota 25).

Para cada combinação de negócios, quando aplicável, a Companhia utiliza o método de acesso presente para mensurar a participação de não controladores na adquirida, quando houver opções de venda emitidas ("put").

A referida metodologia é aplicada, pois a Administração considera que o acionista não controlador continua tendo acesso aos benefícios econômicos decorrentes da sua participação, desta forma o débito das transações que envolvem "put option" são registrados contra o Patrimônio Líquido.

As obrigações de compra de participação de não-controladores ("put") são reconhecidas quando da provável aquisição do controle de subsidiárias e mensuradas, inicialmente, pelo valor presente do preço de exercício da opção e, subsequentemente, pela atualização do valor presente e/ou variação das premissas definidoras do preço de exercício da opção.

Os dividendos futuros de não controladores são reconhecidas quando da aquisição do controle de subsidiárias e mensurados, inicialmente, pelo valor presente do montante mínimo a ser desembolsado no futuro.

As combinações de negócios realizadas pela Companhia possuem parcelas de contraprestações contingentes, vinculadas a eventos futuros. O montante está incluso no

custo da transação reconhecido na data de aquisição. A Companhia revisa as premissas contratadas ao menos anualmente, visando identificar se há probabilidade de ajuste nos montantes a pagar.

A seguir são apresentadas as aberturas por aquisição.

21.1 Checklist Fácil

	Controladora/Consolidado	
	2025	2024
Saldo a pagar	7.303	31.613
	7.303	31.613

A opção de venda ("PUT") relacionada à aquisição da Checklist foi exercida em janeiro de 2024. Após o exercício da opção e a liquidação das parcelas subsequentes, o saldo remanescente da obrigação por aquisição de investimentos totaliza R\$ 7.303 em 31 de dezembro de 2025.

21.2 1Doc Tecnologia

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo a pagar (i)	-	6.940
	-	6.940

(i) Aquisição em 28 de março de 2025 da totalidade das ações da 1Doc Tecnologia S/A, pela Softplan S/A, passando a deter 100% das ações. Em 31 de Outubro de 2025, foi finalizada a reorganização societária do Grupo, com efeitos a partir desta data, e com a cisão das operações dedicadas ao segmento do setor público (GovTech). A companhia passou a direcionar seus investimentos e operações aos segmentos do setor privado, com foco em soluções MultiSaaS. (vide nota 1.2)

21.3 Projuris

	Consolidado	
	2025	2024
"Earn-Out" (ii)	-	9.887
	-	9.887

(ii) Durante o exercício de 2025, as obrigações remanescentes relacionadas à aquisição foram integralmente liquidadas, não havendo saldo registrado na rubrica de obrigações por aquisição de investimentos em 31 de dezembro de 2025.

21.4 Prevision

	Consolidado	
	2025	2024
Parcelas fixas (i)	-	2.000
"Earn-Out" (ii)	12.478	20.538
	12.478	22.538

(i) As parcelas fixas previstas no contrato foram integralmente liquidadas no exercício de 2025, não havendo saldo remanescente a pagar em 31 de dezembro de 2025.

(ii) Além das parcelas fixas, o contrato prevê pagamento adicional de *earn-out*, estimado em até R\$ 19.200, atualizado pelo IPCA, estruturado em duas tranches e condicionado ao desempenho da empresa e à margem EBITDA apurada no encerramento de cada exercício, considerando o período de dois anos subsequentes à aquisição. Em 31 de dezembro de 2025, permanecia registrado saldo de R\$ 12.478 referente a essa obrigação.

21.5 Justto

	Consolidado	
	2025	2024
Parcelas fixas (i)	-	1.248
	-	1.248

(i) Em novembro de 2022 a Softplan Planejamento e Sistemas S/A adquiriu ações ao valor de R\$ 5.000 da Justto, subtraído o valor dos débitos com autoridades governamentais, ou seja, R\$ 4.931, sendo pago R\$ 3.431 na data de fechamento. O restante será pago em 2 parcelas, uma de R\$ 500 a ser pago em até 12 meses da data do fechamento, e R\$ 1.000 será pago em até 24 meses da data do fechamento, ambas atualizados pela CDI. As referidas parcelas foram integralmente quitadas, não havendo saldo remanescente a pagar em 31 de dezembro de 2025.

21.6 Ecustos

	Consolidado	
	2025	2024
"Earn-Out"	-	332
Saldo a pagar (i)	522	-
	522	332

(i) No exercício de 2025 foi realizado o exercício de opção previsto contratualmente, permanecendo saldo a pagar de R\$ 522 em 31 de dezembro de 2025.

21.7 eConstrumarket

	Consolidado	
	2025	2024
Parte 1 (i)	-	-
Parte 2 (i)	-	669
Parte 3 (ii)	-	3.977
Parte 4 (ii)	-	3.977
Parte 5 (ii)	2.645	2.314
Put-options (ii)	9.363	10.126
	12.008	21.063

(i) Em julho de 2023 a Softplan Planejamento e Sistemas S/A adquiriu ações representativas do capital social da empresa eConstrumarket, pelo valor de R\$ 41.800, sendo pago em duas partes. A primeira é fonte de fundos para as obrigações de indenização Fundo Capital Tech II, e a segunda é fonte de fundos para as obrigações de indenização dos vendedores pessoa física. As referidas parcelas foram integralmente quitadas, não havendo saldo remanescente a pagar em 31 de dezembro de 2025.

(ii) Em novembro de 2023 a Companhia optou por registrar uma estimativa do valor das *put-options* da eConstrumarket, no valor de R\$ 9.135. A Companhia utilizou os fluxos de caixa futuro desta unidade geradora de caixa, descontados a valor presente, para estimar o *valuation* da empresa adquirida. Sobre este *valuation* foi aplicado o percentual de *put-options* ativas para estimar sua valoração. A Companhia atualiza as suas estimativas anualmente utilizando os mesmos critérios.

21.8 Deep Legal

	Consolidado	
	2025	2024
Cash in	971	2.049
Put-opitions (i)	1.838	1.838
	2.809	3.887

(i) No exercício de 2024 foi realizado o exercício de opção previsto contratualmente, permanecendo saldo a pagar de R\$ 1.838 em 31 de dezembro de 2025.

21.9 RunRun.it

	Consolidado	
	2025	2024
Parcelas fixas (i)	-	13.794
"Earn-Out" (ii)	5.466	14.281
	5.466	28.075

(i) 2ª parcela fixa com a quantia bruta de R\$ 13.750, no 1º (primeiro) aniversário da Data de Fechamento, corrigida por 100% do CDI a partir da Data de Fechamento até a data de seu efetivo pagamento. As referidas parcelas foram integralmente quitadas, não havendo saldo remanescente a pagar em 31 de dezembro de 2025.

(ii) Valor justo das parcelas de "earn-out", os quais serão apuradas em 4 exercícios (de 2025 a 2028), com base nas condições contratuais estabelecidas.

21.10 Oystr

	Consolidado	
	2025	
Parcelas fixas (i)	15.874	
"Earn-Out" (ii)	14.883	
	30.757	

(i) 2ª parcela fixa com a quantia bruta de R\$ 15.000, será paga em até cinco dias úteis contados do 1º (primeiro) aniversário da data de fechamento, corrigida pela variação do IPCA-IBGE a partir da data de fechamento até a data de seu efetivo pagamento.

(ii) Valor justo das parcelas de "earn-out", os quais serão apuradas em 4 exercícios (de 2026 a 2029), com base nas condições contratuais estabelecidas.

21.11 Zap+ Suahouse

	Consolidado	
	2025	
Parcelas fixas	6.801	
	6.801	

22 Provisão para contingências

A Companhia mantém provisões para contingências cíveis (reajustes contratuais) e trabalhistas (reclamatórias de verbas), oriundas do curso normal de suas operações, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco provável pelos assessores jurídicos internos e externos. A Administração estima que a provisão para contingências reflete o gasto necessário para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

	Consolidado	
	2025	2024
Ações trabalhistas	752	892
Ações administrativas (i) / (ii)	596	36.894
	1.348	37.786

(i) Em 2024, nas ações administrativas se destacam dois processos de questionamento pelo TJ/SP sobre valores cobrados nas faturas daquele cliente dos anos de 2012 a 2017. Os dois questionamentos se

referem a: i) entendimento do cliente de que o incentivo fiscal sobre a folha de pagamento recebido pelas empresas de tecnologia desde 2012 (CPRB) deveria ser repassado para o preço, com redução do mesmo, embora tal benefício tenha sido criado pelo governo como incentivo a geração de empregos; ii) questionamento do cliente sobre alíquotas de impostos utilizadas numa planilha de preços de um serviço de baixo valor, mas com pedido de correção em vários outros serviços de maior valor que não utilizavam a mesma planilha na justificativa de preço. Ao longo do ano 2023, houve decisões de 1ª instância desfavoráveis à Companhia e, como resultado, a Administração realizou provisão adicional de R\$ 19.200 em 2023, referente à estimativa do valor que estima perder, caso não tenha êxito na esfera judicial. Cabe enfatizar que os fatos geradores das referidas contingências estão relacionados aos contratos com TJ/SP de 2012 a 2017. Desde 2018, com a renovação do contrato já considerando correções ou esclarecimentos referentes aos pontos acima, não há mais questionamentos. Vide nota (ii) abaixo.

A movimentação dos processos ocorreu conforme demonstrado:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	37.786	37.019
Encargos	1.718	-
Reversões	(1.053)	(3.275)
Adições	1.603	4.042
Adições/reversões efeito cisão (ii)	(38.706)	-
Saldo final	1.348	37.786

(ii) Referente aos processos que são vinculados aos contratos do setor público. Após a reorganização societário em 2025, estes não fazem parte do consolidado da Softplan S/A.

A Companhia e suas controladas tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis. Com base na avaliação dos consultores jurídicos. Na esfera cível, o montante de ações possíveis é de R\$ 282 em 2025 (R\$ 40.871 em 2024). Na esfera tributária, o montante de ações possíveis é de R\$ 30 (R\$ 28 em 2024).

A Companhia e suas controladas tem ações de natureza cível prováveis de recebimento no valor de R\$ 776 em 2024, e de natureza tributária no valor de R\$ 1.379 em 2024, em 2025 não há valores.

23 Partes relacionadas

23.1 Remuneração da administração

Em 2025, foi pago a título de remuneração aos diretores da Companhia o montante de R\$ 5.332 (R\$ 6.377 em 2024).

23.2 Resultado com partes relacionadas

	Consolidado						
	2025						
	Receita	Custo	Receita Financeira	Despesa Financeira	Receita de compartilhamento	Despesa de compartilhamento (i)	Resultado
1Doc	52	(747)	-	-	-	(809)	(1.503)
Softplan Sistemas	43	(45)	-	-	-	(9.324)	(9.326)

Construtor de Vendas	-	(4)	-	-	-	(727)	(731)
Poligraph	-	-	-	-	-	(747)	(747)
EConstrumarket	-	(83)	-	-	3.478	(2.050)	1.345
JXS	-	-	-	-	-	(30)	(30)
SAJ ADV	-	-	-	-	-	(365)	(365)
Mobicloud	-	-	-	-	7	(1.252)	(1.245)
SSA	-	-	-	-	5	(2.457)	(2.451)
RZ2	-	-	-	-	-	(4)	(4)
Codilo	-	-	1	(29)	-	(17)	(45)
Justto	-	-	-	-	-	(1)	(1)
eCusto	-	-	-	(150)	-	(9)	(158)
Softplan Colombia	-	-	-	-	-	(156)	(156)
Refera	-	-	-	-	-	(7)	(7)
Oystr	-	-	-	-	-	(158)	(158)
Deep Legal	-	-	-	-	-	(9)	(9)
Runrun.it	-	-	-	-	-	(259)	(259)
Zap +	-	-	-	-	-	(12)	(12)
Starian	-	(8)	1	-	-	(1.085)	(1.092)
	95	(887)	2	(179)	3.490	(19.479)	-

Consolidado						
2024						
Receita	Custo	Receitas Financeira	Despesas Financeiras	Receita de compartilhamento	Despesa de compartilhamento (i)	Resultado
1Doc	-	(129)	-	-	-	(129)
Softplan Sistemas	-	-	2	-	1	(15.054)
Checklist	-	-	-	-	-	(685)
Construtor de Vendas	-	(2)	-	-	-	(841)
Poligraph	-	-	-	-	-	(1.235)
EConstrumarket	-	-	-	-	2.462	2.462
JXS	-	-	-	-	-	(49)
SAJ ADV	-	-	-	-	-	(405)
Mobicloud	-	-	-	-	7	(607)
SSA	-	-	-	-	19	(2.157)
RZ2	-	-	-	-	-	(17)
Codilo	-	-	-	-	-	(13)
Justto	-	-	-	-	-	(11)
eCusto	-	-	-	-	-	(9)
Softplan Colombia	-	-	-	-	-	(109)
Refera	-	-	-	-	-	(119)
	-	(131)	2	-	2.489	(21.312)

(i) A partir de janeiro de 2024, a controladora (Softplan S/A) realizou um contrato de rateio entre suas controladas, com o objetivo de compartilhar despesas administrativas comuns à administração, sendo recursos físicos e humanos, visando maior sinergia e ganho de escala em produtividade.

Os saldos de mútuos concedidos a partes relacionadas encontram-se apresentados na [Nota Explicativa 11](#), na qual também estão descritas as principais condições contratuais, incluindo prazos de vencimento e remuneração aplicável.

Os saldos de receita de compartilhamento e despesa de compartilhamento estão discriminados nas notas [Nota Explicativa 29](#) e [Nota Explicativa 30](#), respectivamente. Nestes casos de rateios com gastos corporativos, os pagamentos são realizados no mês seguinte à provisão.

24 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Companhia é composto por recursos aportados pelos acionistas, reservas resultantes de retenções de lucros e reservas que visam a manutenção do capital.

24.1 Capital social e ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social da Companhia era composto por 154.955.116 ações nominativas, sendo 153.107.853 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; 1.847.263 ações preferenciais, sem valor nominal.

	Ordinárias		Preferenciais	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	114.812	114.812	4.737	2.345
Ações emitidas no ano (i)	35.510	-	-	2.392
Conversão de ações (ii)	2.786	-	(2.786)	-
Cancelamento de ações (iii)	-	-	(104)	-
Saldo final	153.108	114.812	1.847	4.737

- (i) Em 31 de outubro de 2025 a Softplan S/A emitiu mais 35.510.342 (trinta e cinco milhões quinhentas e dez mil trezentas e quarenta e duas) ações ordinárias nominativas.
- (ii) Em 31 de outubro de 2025 ocorreu a conversão de 2.785.474 (dois milhões, setecentas e oitenta e cinco mil, quatrocentas e setenta e quatro) ações preferenciais em ações ordinárias nominativas.
- (iii) Em 31 de outubro de 2025 ocorreu o cancelamento, sem redução de capital, de 103.394 (cento e três mil, trezentas e noventa e quatro) ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, de Classe A, e 60 (sessenta) ações preferencias, sem valor nominal, de Classe B, sendo estas a integralidade das ações preferenciais de Classe B emitidas pela companhia.

24.2 Capital social a integralizar

Em 31 de outubro de 2025, foi deliberado o aumento de capital social no montante de R\$ 421.122.689 (quatrocentos e vinte e um milhões, cento e vinte e dois mil, seiscentos e oitenta e nove reais), dos quais R\$ 210.561.344 (duzentos e dez milhões, quinhentos e sessenta e um mil, trezentos e quarenta e quatro reais) foram integralizados até 31 de outubro de 2025, permanecendo o mesmo montante a integralizar, conforme os prazos e condições estabelecidos no respectivo instrumento societário.

O montante de capital a integralizar corresponde a compromissos assumidos pelos acionistas/quotistas para aportes futuros de recursos e não representa, na data-base, recursos efetivamente aportados à Companhia, nem confere, até a sua integralização, direitos econômicos adicionais ou distribuição de resultados.

Para fins de apresentação nas demonstrações financeiras, e em consonância com os requerimentos do CPC 26 (IAS 1) e do CPC 39 (IAS 32), o capital a integralizar é apresentado como dedução do capital social, de forma a evidenciar, no patrimônio líquido, exclusivamente o capital efetivamente integralizado na data-base. As mutações no patrimônio líquido decorrentes da integralização de capital são reconhecidas na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido no período em que os recursos são efetivamente aportados à Companhia.

24.3 Custo de transação na emissão de ações

A Companhia reconheceu custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de ações, no montante de R\$ 12.070, os quais, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) e o CPC 39, foram registrados como dedução direta do patrimônio líquido, por meio de contas redutoras do capital social e das reservas de lucros.

24.4 Ajustes de avaliação patrimonial / outros resultados

Em 30 de agosto de 2024, a Softplan S/A exerceu seu direito a compra do percentual de 19,10% do sócio não controlador, referente a empresa 1Doc Tecnologia S/A, ficando então com um percentual de 86,38% da empresa adquirida. No exercício de 2025, a Companhia adquiriu a totalidade das participações remanescentes de sócios não controladores, passando a deter 100% do capital social da 1Doc Tecnologia S/A.

Em 21 de dezembro de 2020, a Companhia adquiriu participação de 60% e o controle da Checklist Fácil S/A. A contabilização da aquisição de participação da Checklist foi baseada na aquisição de controle e utilizou-se o método do acesso presente, o qual prevê, no momento da aquisição, a contabilização da opção de venda do saldo remanescente, ajustado a valor justo. O acionista não controlador continuou tendo acesso aos benefícios econômicos decorrentes da sua participação, levando o débito da transação diretamente ao patrimônio líquido.

A movimentação dos saldos é representada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	11.373	59.254
Adições / atualização valor justo	-	3.602
Opções realizadas	(1.365)	(51.483)
Saldo final	10.008	11.373

A composição das estimativas de reembolsos é representada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	11.373	59.254
1Doc Tecnologia S/A.	-	(3.185)
Checklist Fácil S/A	(1.365)	(46.933)
Refera	-	(1.891)
Softplan Sistemas	-	4.129
	(1.365)	(47.880)
Saldo Final	10.008	11.373

24.5 Distribuição de lucros

O dividendo obrigatório anual é de 25% sobre o lucro líquido apurado após a constituição de reservas. Os acionistas fizeram jus ao recebimento, proporcionalmente à participação de cada um no capital social da Companhia.

	Consolidado	
	2025	2024
Lucro líquido	13.741	55.146
Reserva Legal (5%)	(504)	(2.325)
Lucro líquido ajustado após reservas	13.256	44.170
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	3.314	11.624

Os dividendos distribuídos e declarados foram:

	Controladora	
	2025	2024
Dividendos (i)	21.624	22.784

(i) Em 07 de abril de 2025, foi deliberado pelo Conselho de Administração, aprovação de distribuição de dividendos no valor de R\$ 11.624 aos acionistas provenientes do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Em 18 de dezembro de 2025, foi deliberado pelo Conselho de Administração, aprovação de dividendos declarados no valor de R\$ 10.000 (dez milhões de reais) aos acionistas da Campanha, a título de dividendos intercalares.

24.6 Reserva legal

A Companhia adota o percentual definido pelo Art. 193 Lei 6.404/1976 para constituição da Reserva Legal, resultante da aplicação da alíquota de 5% sobre o lucro auferido do exercício, após as compensações de prejuízos acumulados.

Limitada em 20% do capital social, atualmente o teto da reserva é R\$ 120.337. A movimentação da Reserva Legal ocorreu conforme demonstrado:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	8.682	7.209
Constituição de reservas	504	1.473
Saldo Final	9.186	8.682

25 Receita líquida de vendas

A Companhia adota premissas que permitam evidenciar com clareza a natureza, o valor, a época a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contratos com clientes. As receitas reconhecidas no resultado do exercício representam a contraprestação pecuniária decorrente da transferência de serviços prometidos a clientes que estejam comprometidos em cumprir com suas respectivas obrigações.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita com serviços prestados	70.114	30.703	973.630	881.900
Dedução da receita	(6.107)	(1.569)	(91.981)	(88.534)
Receita líquida de vendas	64.007	29.134	881.649	793.366

As deduções da receita são tributos indiretos sobre o faturamento, detalhados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
INSS	2.403	(17)	32.007	36.801
PIS	426	182	5.688	5.631
COFINS	1.967	840	28.405	26.166
ISS	1.311	565	19.872	18.035
IVA	-	-	5.992	1.882
Contribuição municipal – Fundos Municipais	-	-	17	18
	6.107	1.569	91.981	88.534

26 Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custos com pessoal	-	-	128.003	136.961
Serviços de terceiros	-	-	4.221	2.923
Depreciação e amortização	-	-	19.591	24.114
Servidores e data center	2.784	1.229	35.091	24.178
Custos com viagens	-	-	854	780
Demais custos	-	-	448	5.403
	2.784	1.229	188.208	194.359

27 Despesas com vendas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Comissões sobre vendas	2.783	1.113	68.153	53.714
Serviços de terceiros	11	-	533	1.008
	2.794	1.113	68.686	54.722

28 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas com pessoal	52.355	29.523	360.416	322.516

Despesas com obrigações para pagamento baseado em ações (i)	13.376	30.702	14.081	30.702
Serviços de terceiros	1.619	755	34.252	37.660
Despesas com instalações físicas	99	-	756	2.309
Licenças e certificações	1.446	682	28.852	23.330
Amortização investimento	-	-	24.285	20.572
Depreciação e amortização	215	104	10.158	7.732
Despesas com TI e comunicação	1.601	-	27.174	3.993
Despesas com viagens	599	94	9.915	10.221
Outras despesas administrativas	503	196	3.269	4.063
	71.813	62.056	513.158	464.098

(i) Vide nota explicativa [17](#).

29 Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Recuperação de créditos	-	153	63	824
Verba de patrocínio	-	-	73	6.590
Multas e indenizações recebidas	-	-	283	1.634
Receita de aluguéis	12	-	26	1.064
Lucro na alienação de bens	-	-	49	33
Outras Receitas (ii)	134	1.455	4.974	1.455
Compartilhamento custo corporativo (i)	16.766	18.823	-	-
	16.912	20.431	5.468	11.599

- (i) Receita referente a rateio de despesas administrativas entre pessoas jurídicas do Grupo Softplan. A controladora (Softplan S/A) contrata serviços e centraliza recursos físicos e humanos, comuns às controladas, que mensalmente são rateados por critérios pré-estabelecidos.
- (ii) Do montante registrado na rubrica "Outras receitas", R\$ 800 referem-se à apropriação de receita ao longo de 60 meses decorrente de contrato de parceria firmado com instituição financeira. Adicionalmente, R\$ 2.505 correspondem à realização do valor justo do earn-out relacionado à aquisição da Projuris.

30 Outras despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Perda efetiva com clientes	-	802	1.455	4.953
Provisão para contingência	-	-	290	(3.275)
Despesas tributárias	2	34	162	901
Perdas indedutíveis	-	-	85	64
Cancelamentos extemporâneos	214	241	862	944
Despesas com aquisição de empresas	6.273	-	6.273	-
Baixa de imobilizado e investimento	-	-	1.548	376
Compartilhamento custo corporativo	-	-	264	170
	6.489	1.077	10.939	4.133

31 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicação financeira	4.207	126	17.519	9.040
Juros ativos	684	528	4.395	2.195
Atualização de impostos a compensar	-	-	-	3.344
Ganhos com derivativos SWAP	-	-	-	19

Outras receitas financeiras	69	71	2.478	213
	4.960	725	24.392	14.811
Despesas financeiras				
Juros s/ financiamentos	-	-	41.964	25.023
Juros s/ atualização aquisição de controladas (i)	3.428	2.189	11.783	9.792
Juros passivos	3.326	80	3.451	760
Seguro garantia	-	-	911	838
Despesas financeiras e tarifas bancárias	54	33	2.041	2.268
IOF	24	53	482	1.405
Variações cambiais passivas	373	125	605	138
Descontos concedidos	9	27	192	210
Multas e Prêmios (ii)	-	4	-	1.576
Perdas com derivativos SWAP	-	-	838	9
Correção monetária de processos judiciais	-	-	1.642	4.669
Encargos Financeiros - IRFS 16	-	-	176	28
Outras Despesas Financeiras	308	-	1.402	-
	7.522	2.510	65.487	46.717
Resultado financeiro líquido	(2.562)	(1.785)	(41.095)	(31.906)

(i) Refere-se à correção, pelo CDI ou IPCA, das obrigações com investimentos das controladas.

(ii) Valor de prêmio pago por antecipação de liquidação da debênture, em R\$ 1.036.

32 Imposto de renda e contribuição social

32.1 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado de operações continuadas antes dos impostos	15.190	37.647	60.836	55.538
Alíquota básica	34%	34%	34%	34%
Despesa calculada pelas alíquotas fiscais	(5.165)	(12.800)	(20.684)	(18.883)
(Adições) e exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	9.256	20.584	-	-
Incentivos fiscais	236	-	3.369	2.138
Efeito amortização fiscal de ágios	811	717	-	7.838
Efeito amortização fiscal de ágios não reconhecido em exercícios anteriores	-	-	(14.014)	-
Custo de transação na emissão de ações	1.971	-	1.971	-
Diferido sobre prejuízo fiscal não constituído por falta de expectativa de realização	(12.823)	-	(16.170)	-
Outros	610	347	(1.547)	3.681
Despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social	(5.104)	8.848	(47.075)	(5.226)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(16.534)	(15.894)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.104)	8.848	(30.541)	10.668
Taxa efetiva	33,60%	-23,50%	77,38%	-9,41%

32.2 Composição dos tributos diferidos

A Companhia possui créditos tributários decorrentes das adições e exclusões temporárias. As bases de cálculo dos impostos diferidos estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Amortização do ágio intangível	(2.039)	-	(22.639)	-
Benefícios de empregados	750	465	5.104	8.784
Transações de pagamento baseado em ações	44	19.619	44	19.619
Receita diferida	-	117	-	(10.302)
Processos trabalhistas e cíveis	-	-	202	12.318
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	127	259	2.258	2.692
Prejuízos fiscais a compensar	22.342	8.264	22.342	9.398
Outras provisões	67	36	(2.957)	1.568
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	21.291	28.760	4.354	44.077
Ativo fiscal diferido	21.291	28.760	4.354	44.077
Passivo fiscal diferido	-	-	-	-

A Companhia e suas controladas estão apresentando o imposto de renda e contribuição social diferidos de forma líquida no ativo não circulante ou passivo não circulante por entidade jurídica.

32.3 Ativo fiscal diferido (controladora e consolidado)

A Companhia efetuou avaliação de realização dos montantes registrados como ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social em 2025. O exame indica a plena recuperação destes tributos e leva em consideração, entre outras alternativas, reorganizações societárias (em fase final de análise). Baseada na projeção de lucros da Companhia e na expectativa de realização efetiva das diferenças temporárias, é estimado que a realização do diferido inicie a partir de 2025 a ser consumido nos próximos 05 anos.

33 Benefícios fiscais

As controladas detêm benefícios fiscais concedidos pelo governo Federal, em função da atividade de serviços de Tecnologia da Informação (TI) através da Lei do Bem.

33.1 Lei do bem

Benefício baseado na Lei n.º Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, conhecida como Lei do Bem, referente a incentivos fiscais que as pessoas jurídicas podem usufruir de forma automática e abater diretamente da base do Imposto de Renda, desde que realizem pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica e submeta relatório anual para validação anual do MCTI. Em 2025 o Grupo investiu em projetos de inovação, pesquisa e desenvolvimento um total de R\$ 42.872 e em 2024 R\$ 33.142. O benefício gerado é de, aproximadamente, 80% do montante investido.

34 Eventos subsequentes

Em 23 de janeiro de 2026, a controlada Starian Sistemas S/A. adquiriu 100% das ações representativas do capital social da Contato Seguro Prevenção de Riscos Empresariais S/A., empresa referência nacional em soluções de canais de denúncia corporativa e gestão de riscos. O valor da transação foi de R\$ 117.500, acrescido de contraprestação contingente (“earn-out”) vinculada ao desempenho futuro da adquirida. A aquisição marca o início da quarta vertical de atuação da Starian, voltada à Governança e Compliance, que passa a atuar em conjunto com as verticais de Indústria da Construção, Inteligência Legal e Eficiência Operacional.

Em 29 de janeiro de 2026, a Starian Sistemas S/A celebrou contrato de Cédula de Crédito Bancário (CCB) junto à Caixa Econômica Federal, no montante de R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais), com vencimento final em 29 de janeiro de 2027, destinada a capital de giro. A operação é remunerada à taxa correspondente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 1,57% ao ano.

Adicionalmente, em 02 de fevereiro de 2026, a Starian Sistemas S/A concluiu a primeira emissão de notas comerciais escriturais, em colocação privada, no valor total de R\$ 30.000 (trinta milhões de reais), com vencimento em 02 de fevereiro de 2027, remuneradas à taxa equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 1,85% ao ano. A emissão contou com garantia fidejussória prestada pela Companhia.

STARIAN

Caminhamos
lado a lado com
a inovação

